

## PUBLICIDADE LEGAL

## Petróleo fecha em alta com risco geopolítico

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta nesta quinta-feira ainda impulsionados por prêmios de risco diante das tensões elevadas no Oriente Médio, embora tenham reduzido grande parte dos ganhos ao longo da tarde após sinais de possível avanço diplomático envolvendo Israel e Líbano.

O petróleo WTI para maio negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex) fechou em alta de 3,66% (US\$ 3,46), a US\$ 97,87 o barril. Já o Brent para junho, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), avançou 1,23% (US\$ 1,17), a US\$ 95,92 o barril.

A valorização foi sustentada pela reprecificação do risco geopolítico após ataques recentes no Oriente Médio, que reacenderam temores de interrupções na oferta do óleo.

## Prefeitura Municipal de Morrinhos do Sul

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 143/2026

Objeto: Registro de preços para aquisição de lâmpadas de led, destinados a atender às necessidades do Município. (menor preço por item). Sessão: 27/04/2026 às 14h, no www.bl.org.br. Marcos Venícios Ewaldt da Silveira Prefeito Municipal

## Prefeitura Municipal de Morrinhos do Sul

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de seguro veicular, destinados aos veículos de propriedade da prefeitura (menor preço por item). Sessão: 27/04/2026 às 9h, no www.bl.org.br. Marcos Venícios Ewaldt da Silveira Prefeito Municipal

## Prefeitura Municipal de Faxinalzinho

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026

O Prefeito de Faxinalzinho, torna público o PREGÃO PRESENCIAL (do tipo menor preço por item), para a aquisição de uma plantadeira nova, de acordo com o Programa nº 09032025 - Emenda Parlamentar/Plano de Ação nº 09032025-076932/2025. Abertura no dia 28 de abril de 2026, às 10:00 horas, setor de compras e licitações da Prefeitura. Maiores informações e cópia do edital poderão ser obtidas junto ao site ou pelos telefones (54) 99693-5580. Faxinalzinho/RS, 09 de abril de 2026. James Ayres Torres, Prefeito Municipal

## SINPROFAR/RS

EDITAL - O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os associados da base territorial da entidade Sindical, a comparecer na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 15 de abril de 2026, às 09:00 horas em primeira convocação e, não havendo "quorum", às 09:00 horas e 30 minutos em segunda convocação, na sede da entidade, sito Rua dos Andradas, 1273 conj. 104, Galeria Edith, em Porto Alegre/RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Fixação do valor e do vencimento da Contribuição Associativa conforme o artigo 9º do Estatuto Social da Entidade Sindical. 2) Fixação do valor da Contribuição Negocial conforme art. 600, da CLT. Porto Alegre, 10 de abril de 2026. Leomar Rehbein - Presidente

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, IMPLEMENTOS E PEÇAS AGRÍCOLAS, TRATORES MOTORES E FORJARIAS DE NÃO-ME-TOQUE E REGIÃO SINDIMÁQUINAS**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, IMPLEMENTOS E PEÇAS AGRÍCOLAS, TRATORES MOTORES E FORJARIAS DE NÃO-ME-TOQUE E REGIÃO - SINDIMÁQUINAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, especialmente pelos artigos 19 e 21, alínea "b", CONVOCA todos os trabalhadores associados pertencentes à sua base territorial (Carazinho, Não-Me-Toque, Almirante Tamandaré do Sul, Barra Funda, Chapada, Constantina, Colorado, Coqueiros do Sul, Espumoso, Faxinalzinho, Gramado dos Loureiros, Liberato Salzano, Lagoa dos Três Cantos, Nonoai, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Pontão, Rondinha, Ronda Alta, Rio dos Índios, Tapera, Soledade, Sarandi, Selbach, Santo Antônio do Planalto, Tio Hugo, Três Palmeiras, Trindade do Sul e Victor Graeff, todos no Estado do Rio Grande do Sul), para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia **14 de abril de 2026, às 18h**, em primeira convocação, e às **19h**, em segunda e última convocação, tendo como local o salão social do sindicato, situado na Avenida São Bento, nº 501, Bairro Glória, em Carazinho/RS, para deliberarem sobre a seguinte:  
**ORDEM DO DIA:**  
• Instalação do processo eleitoral para renovação da diretoria, do conselho fiscal e respectivos suplentes. Carazinho, 10 de abril de 2026.  
**Luiz Sérgio de Ávila Machado**  
Presidente

**Recrusul S/A** Companhia Aberta CNPJ nº 91.333.666/0001-17 NIRE 43.300.005.003  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Indústrias nº 972, em Porto Alegre, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em regime ordinário** (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e, (2) deliberar sobre a fixação do número exato de membros que irá compor o conselho de administração; e, (3) eleger os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente e Vice-Presidente do órgão; e (4) fixar o montante da remuneração dos administradores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1 - Realizaremos a Assembleia de forma presencial em função do histórico de assembleias anteriores. Para a Companhia, a assembleia presencial é relevante porque permite a aproximação entre os acionistas, e dos acionistas com a administração. Nos anos em que as assembleias foram obrigatoriamente realizadas de modo digital, não houve participação de outros acionistas, exceto dos que costumam comparecer presencialmente na sede da Companhia. Desta forma, não disponibilizaremos o boletim de voto a distância, a menos que requisitados por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social, nos termos do art. 30-A (indicação expressa prevista no art. 5º, inciso IV da Resolução CVM nº 81/22). 2 - Para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte: (a) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária, ou, se for o caso, pelo custodiante, em ambos os casos nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; (c) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações; 3 - Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal (previsto no art. 5º, inciso I-A da Resolução CVM nº 81/22) é de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto e de 1% (um por cento) das ações sem direito a voto. 4 - Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). 5 - Caso, por motivo de força maior, a assembleia não seja realizada no endereço onde a companhia tem sede, o local em que a assembleia será realizada será na cidade de Sapucaia do Sul - RS, na rua Tropeiros, 1276 Bairro Pasqualini. 6 - Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia https://www.recrusul.com.br/investidores. Tais documentos encontram-se disponíveis também, desde a referida data, na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76.  
Porto Alegre, RS, 08 de abril de 2026. **BERNARDO FLORES** Presidente do Conselho de Administração

AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS S.A.									
CNPJ 31.686.196/0001-43 - NIRE 43.300.072.380									
Demonstrações Financeiras - Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais									
Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.									
Balancos Patrimoniais		Consolidado		Balancos Patrimoniais		Consolidado		Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo Circulante	31/12/2025	31/12/2024	Consolidado		Consolidado	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>			<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	19.911	8.100	Fornecedores	81.324	86.575	<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
Contas a receber de clientes	228.922	200.084	Empréstimos e financiamentos	159.645	26.866	(30.474) (83.054)			
Estoques	147.312	116.689	Salários, benefícios e encargos sociais	10.365	9.541	Ajustes por: Depreciação e amortização 57.379 40.985			
Impostos a recuperar	16.539	18.164	Impostos e encargos sociais	10.587	10.419	Juros e variações cambiais apropriados sobre financiamentos 68.861 141.660			
IRPJ e CSLL a recuperar	4.519	11.447	Adiantamentos de clientes	16.578	24.130	Equivalência patrimonial -			
Despesas pagas antecipadamente	2.354	-	Outras contas a pagar	28.049	9.522	Ajustes de provisões (1.781) 2.733			
Outros créditos	1.021	7.764	Arrendamento	5.028	3.933	Juros sobre arrendamento 3.605 -			
<b>Total do Circulante</b>	<b>420.578</b>	<b>362.248</b>	Outras contas a pagar - partes relacionadas	5.346	36.385	Baixa da mais valia pela venda do terreno e do prédio -			
<b>Não circulante</b>			Dividendos a pagar - partes relacionadas	-	-	Custo de baixas de imobilizado 65.595 53			
Impostos a recuperar	14.177	438	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>316.922</b>	<b>207.371</b>	<b>163.185 102.378</b>			
Depósitos judiciais	240	-	Arrendamentos	19.640	1.482	<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Partes relacionadas	74.029	-	Contingências	13.806	14.102	Contas a receber (28.971) (22.960)			
Despesas pagas antecipadamente	851	-	Impostos diferidos	3.722	4.244	Estoques (29.005) (38.392)			
Outros créditos	-	2.160	Impostos e contribuições	7.520	-	Partes relacionadas (118.910) 18.874			
Impostos diferidos	72.309	63.124	Empréstimos e financiamentos	634.607	565.633	Outros ativos 5.458 (8.153)			
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>161.607</b>	<b>65.722</b>	Obrigações a pagar da aquisição de controlada	12.128	10.480	Fornecedores (5.251) 9.684			
Imobilizado	412.715	372.946	Outras obrigações a pagar	-	171	Impostos a recolher 5.842 (23.195)			
Intangível	320.441	331.895	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>691.423</b>	<b>596.112</b>	Outros passivos 12.607 36.141			
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>894.763</b>	<b>770.564</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			Juros sobre empréstimos pagos (66.121) (43.430)			
<b>Total do ativo</b>	<b>1.315.341</b>	<b>1.132.812</b>	Capital social	50.807	46.560	Dividendos recebidos -			
<b>Demonstrações dos Resultados</b>									
<b>Consolidado</b>									
<b>31/12/2025 31/12/2024</b>									
<b>Receita líquida</b>	<b>653.291</b>	<b>553.783</b>	Reservas de capital	300.442	300.442	Imposto de renda e contribuição social pagos (66.121) (43.430)			
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(537.733)	(439.113)	Reservas de lucros	337	337	Dividendos recebidos -			
<b>Lucro bruto</b>	<b>115.558</b>	<b>114.670</b>	Prejuízo acumulado	(47.773)	(25.057)	Imposto de renda e contribuição social pagos (2.516) (4.765)			
Despesas com vendas	(25.450)	(22.797)	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>306.996</b>	<b>329.329</b>	<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais (63.682) 26.183</b>			
Despesas gerais e administrativas	(36.545)	(29.858)	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.315.341</b>	<b>1.132.812</b>				
Outras receitas operacionais	43.344	4.885	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>						
Outras despesas operacionais	(44.008)	(9.019)	Resultado do exercício						
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>52.819</b>	<b>57.881</b>	Resultados abrangentes - tradução						
Receitas financeiras	93.705	59.045	Aumento de capital AGE 01/02/2024						
Despesas financeiras	(176.998)	(199.979)	Aumento de capital AGE 27/06/2024						
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(83.293)</b>	<b>(140.934)</b>	Emissão debêntures						
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(30.474)</b>	<b>(83.053)</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>						
Imposto de renda e contribuição social corrente	(564)	(812)	Resultado do exercício						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.322	58.809	Resultados abrangentes - tradução						
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(22.716)</b>	<b>(25.056)</b>	Aumento de capital AGE 24/06/2025						
<b>Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras</b>									
<b>1. Contexto operacional:</b> A America Indústria e Comércio de Embalagens S.A. (Companhia) foi constituída em 04 de outubro de 2018, sendo subsidiária integral da Évora S.A., com sede matriz em Venâncio Aires, RS. Atua na produção e comercialização de embalagens plásticas em geral, principalmente tampas plásticas para bebidas, tampas destinadas aos mercados de higiene, beleza e limpeza e cápsulas para café. Em 01 de janeiro de 2024 a Companhia incorporou a controlada Plast & Pack Indústria e Comércio Ltda., situada no município de Pinhais, PR, atuante principalmente no mercado de embalagens para produtos alimentícios. Em 10 de abril de 2024, a Companhia adquiriu a empresa Pochet do Brasil Ltda., localizada em Jundiá, SP, líder na produção de embalagens para os produtos de									
perfumaria e maquiagem. <b>2. Base de Preparação:</b> Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de abril de 2026. <b>3. Principais políticas contábeis:</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de									
exercício. A receita é mensurada com base na contra-prestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Ativo não circulante: Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis									
de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Passivo circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Capital social: O capital social da Companhia é de R\$ 50.807 em 31 de dezembro de 2025, sendo composto por 19.587 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.									
Gustavo Dario Alvarez - Presidente Fabio Kazuyoshi Nishimura - Diretor Financeiro Pauline Rückert Freitas - Contadora CRC RS nº 090503/O-1									

**FECONTÁBIL/RS - Federação dos Contadores do RS**  
**EDITAL**  
Nos termos dos Estatutos e na forma da legislação em vigor, CONVOCO os senhores Delegados do Conselho de Representantes, a participarem no dia 17 de abril de 2026 em formato híbrido, online pela plataforma Zoom, e presencial na sede da FECONTÁBIL RS - Rua Vigário José Inácio, 371 sala 518 - Centro - Porto Alegre/RS às 09h e 30min em primeira chamada ou às 10h em segunda e última chamada, com qualquer número, para a seguinte **ORDEM DO DIA:**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
• Leitura, discussão e votação, para aprovação ou não do **RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025**, com o respectivo parecer do Conselho Fiscal.  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
• Reajuste da UHC - Unidade de Honorários do Contabilista  
• Assuntos Gerais  
Porto Alegre, 10 de abril de 2026  
Contador Luiz Roberto de Souza Ávila  
Presidente

**SESCONRS** SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SESCÓN-RS  
**EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES GESTÃO 2026/2028**  
Cumprindo dispositivos do estatuto social e regulamento eleitoral, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul - SESCÓN/RS, torna público que no dia 31 de março de 2026 foram eleitos membros, titulares e suplentes, da Diretoria e do Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à Federação, conforme composição abaixo transcrita:  
Presidente - Lúcia Elena da Motta Haas, Vice-presidente Gestão - Felipe Faccioni, Vice-presidente Financeiro - Maurício Gatti, Vice-presidente de Relações Institucionais - Caroline Sebastião de Oliveira, Vice-presidente de Capacitação - Vanessa Malinowski Casagrande, Vice-presidente de Integração Regional - Paulo Gilberto Comazzetto, Diretor de Inovação e Negócios - Jorge Gustavo Soares Rodrigues Filho, Diretor Financeiro - Fernando da Silva Vargas, Diretor Legislativo - Rafael Santos Borin, Diretor de Relações do Trabalho - Roberto da Silva Medeiros, Diretora de Educação - Diana Elisa Steffens Ewald, Diretor de Eventos - Jorge Fernando Câmara Ferla, Diretora de Desenvolvimento Empresarial - Ana Paula Andiglieri, Diretora Comitê Jovem - Marier Gazon Braga, Diretor Regional - Vinicius Schneider, Diretor Regional - Giuliano Pinheiro Vendrusculo, Diretor Regional - Dalmir do Amaral Ferreira, Diretor Regional - Ronaldo Bica, Diretor Suplente - Flávio Dondoni Júnior, Diretor Suplente - Jorge Vanderlei da Costa - Diretor Suplente - Paulo Santos Lauermann, Diretora Suplente - Fabiane Allem Ribeiro, Diretora Suplente - Fernanda Castro de Melo Schell, Diretor Suplente - Daniel Gerhardt, Conselheira Fiscal Titular - Carmen Alves Tigre, Conselheira Fiscal Titular - Wanderson Ferreira Garcia, Conselheira Fiscal Titular - Sérgio Laurimar Fioravanti, Conselheira Fiscal Suplente - Lisandra Verônica Ceratti da Rosa, Conselheira Fiscal Suplente - Luis Fernando Ferreira de Azambuja, Conselheira Fiscal Suplente - Luiz Antonio Guimarães, Delegada Representante Titular - Lúcia Elena da Motta Haas, Delegada Representante Titular - Paula Dahmer Reis, Delegado Representante Suplente - Felipe Faccioni, Delegado Representante Suplente - Flávio Duarte Ribeiro Júnior.  
Os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes serão empossados no dia 01/06/2026.  
Porto Alegre, 10 de abril de 2026  
Paula Dahmer Reis  
Presidente do SESCÓN/RS

# KLAPAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ 33.571.773/0001-87

**Relatório da administração:** Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Klapar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarmos necessários. Porto Alegre, 07 de abril de 2026. **A Administração**

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balancete Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente						
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		2025	2024		2025	2024	
<b>Ativo circulante</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>	7			<b>Receitas e Despesas operacionais</b>				<b>Lucro Líq. apurado na demonstr. dos result.</b>	26.397	89.970
Caixa e equivalentes de caixa	4	22	31	Capital social		951.286	413.632	Result. da equiv. patrimonial	5	26.479	90.025	Valores potenc. reclassificáveis p/ demonstração dos result. no futuro		
Créditos tributários		8	7	Reservas de lucros		1.320	502.999	Desp. gerais e administrativas		(82)	(53)	Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	(83.844)	185.791
		30	38	Prejuízos acumulados		(33.529)	-	<b>Lucros antes do result. financ.</b>		26.397	89.972	Ganhos (perdas) não realizados em hedge de investimentos líquido (*)	3.178	(19.490)
<b>Ativo não circulante</b>				Ajustes de avaliação patrimonial		405.793	458.606	Receitas financeiras		1	-	Hedge de fluxo de caixa (*)		
Investimento	5	1.324.840	1.375.199			1.324.870	1.375.237	Despesas financeiras		(1)	(2)	Ganhos não realizados	5	1
		1.324.840	1.375.199					<b>Lucro Líquido do exercício</b>		26.397	89.970		(80.661)	166.302
<b>Total do ativo</b>		<b>1.324.870</b>	<b>1.375.237</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.324.870</b>	<b>1.375.237</b>	Lucro por ação do cap. social ao final do exercício - R\$	8	0,03	0,09			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Cap. social subscrito	Reservas de Lucros		Aj. de avaliação patrimonial	Lucros/prej. acumulados	Total do patrim. líq.
		Legal	Lucros a realizar			
<b>Saldo em 01/01/2024</b>	<b>413.632</b>	<b>37.945</b>	<b>399.734</b>	<b>275.979</b>	<b>-</b>	<b>1.127.290</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	89.970	89.970
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	167.259	-	167.259
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	167.259	89.970	257.229
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	15.368	-	15.368
Constituição de reserva legal	-	4.498	-	-	(4.498)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	60.822	-	(60.822)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(24.650)	(24.650)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>413.632</b>	<b>42.443</b>	<b>460.555</b>	<b>458.607</b>	<b>-</b>	<b>1.375.237</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.397	26.397
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(79.361)	-	(79.361)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(79.361)	26.397	(52.964)
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	26.547	-	26.547
Constituição de reserva legal (nota 7)	-	1.320	-	-	(1.320)	-
Aumento de capital (nota 7)	-	537.654	(42.443)	(460.555)	-	(34.656)
Dividendos distribuídos (nota 7)	-	-	-	-	(23.950)	(23.950)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>951.286</b>	<b>1.320</b>	<b>-</b>	<b>405.793</b>	<b>-</b>	<b>1.324.870</b>

**Notas explicativas**

**Nota 1 - Informações Gerais:** A Klapar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As Demonstrações Financeiras da Klapar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 07 de abril de 2026.

**Nota 2 - Base de Preparação Das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

**Riscos de conflitos internacionais:** Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira das empresas investidas e, conseqüentemente, da Companhia.

**Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA reparado ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação - sem cobrança de IBS e CBS). Mesmo com a publicação da mencionada lei complementar, ainda existem inúmeros aspectos da reforma que requerem regulamentação. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma, em virtude de suas operações ou de coligadas, nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2025.

**Pilar Dois:** O Brasil instituiu o Adicional da CSLL no contexto da adoção das regras do Pilar Dois (GloBE), conforme a Lei nº 15.079/2024, aplicável a partir do ano-calendário de 2025. A Administração avaliou a aplicabilidade das regras do Pilar Dois e concluiu que a Companhia não se enquadra no escopo dessas regras, uma vez que não atende aos critérios para caracterização como Entidade Constituinte, nos termos da regulamentação aplicável. Dessa forma, não há impactos atuais ou esperados nas demonstrações financeiras da Companhia, tampouco foram reconhecidos ou divulgados ativos ou passivos fiscais relacionados a esse tema. A Companhia continuará monitorando eventuais alterações na legislação e interpretações aplicáveis que possam impactar sua avaliação quanto ao escopo do Pilar Dois no futuro.

**Novas normas contábeis:** As emissões/alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As emissões e alterações de normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são efetivas para o exercício iniciado em 2025, não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e revisou determinados pronunciamentos contábeis cuja adoção é requerida para exercícios iniciados em 2026 ou posteriormente. A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos da adoção dessas normas em suas demonstrações financeiras. - Emissão da norma CPC 51 - Apresentação e divulgação

das demonstrações financeiras. Esta nova norma contábil substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma. - Alteração das normas CPC 48 e CPC 40 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma. Não há outras normas contábeis CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

**Nota 3 - Políticas Contábeis Materiais - 3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira - Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira". **3.2 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de

caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. **3.3 - Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.4 - Dividendos distribuídos:** O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal, portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas a interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia, utiliza o lucro real como forma de tributação, às alíquotas de 25% para o imposto de renda (15% mais o adicional de 10%) e 9% para a Contribuição social, para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024.

**Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no país.

	2025	2024
Conta corrente país	22	31

e sua movimentação, podem ser demonstrados como segue:

	Saldo em 01/01/2024	Resultado da equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2024
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.127.197	90.025	182.626	(24.650)	1.375.198
Açoter Participações Ltda.	1	1	1	1	1
	1.127.198	90.025	182.626	(24.650)	1.375.199
	Saldo em 01/01/2025	Resultado da equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2025
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.375.198	26.479	(52.813)	(24.025)	1.324.839
Açoter Participações Ltda.	1	1	1	1	1
	1.375.199	26.479	(52.813)	(24.025)	1.324.840

Companhia está essencialmente relacionado às aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Com o objetivo de reduzir esse risco, a administração adota política de realizar aplicações apenas em instituições financeiras com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operar no mercado de commodities, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. A Companhia não possui operações relacionadas a commodities, motivo pelo qual não está exposta de forma relevante ao risco de variação de preços desses produtos. Dessa forma, as oscilações nos mercados internacionais de commodities não impactam diretamente as operações da Companhia.

**Nota 7 - Patrimônio Líquido - a) Capital social:** Em 31/12/2025 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 951.286 (R\$ 413.632 em 31/12/2024) dividido em 951.286.451 ações (413.632.263 em 31/12/2024) no valor de R\$ 1,00 cada uma. Em Assembleia Geral realizada em 26/12/2025, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia mediante capitalização dos saldos de reservas de lucros apuradas até 31/12/2024, sem ingresso de novos recursos financeiros, nos termos do art. 169 da lei nº 6404/76. O aumento de capital social foi realizado por meio de bonificações de ações, utilizando recursos provenientes das reservas de lucros a realizar e da reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Reserva de lucros a realizar	460.555	42.443
Reserva legal	42.443	34.656
Lucros apurados até 30/09/2025	537.654	-

Em decorrência dessa operação, o capital social foi elevado de R\$ 413.632 para R\$ 951.286, mediante a emissão de 537.654.188 novas ações ordinárias, distribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de suas participações na data base estabelecida. A

	2025	2024
Resultado da equivalência patrimonial	90.025	182.626
Ajustes de avaliação patrimonial	182.626	(24.650)
Dividendos	(24.650)	1.375.198
Saldo em 31/12/2024	1.375.198	1.375.199

	2025	2024
Resultado da equivalência patrimonial	90.025	182.626
Ajustes de avaliação patrimonial	182.626	(24.650)
Dividendos	(24.650)	1.375.198
Saldo em 31/12/2025	1.375.199	1.324.840

**Valores potenc. não reclassific. p/ demonstração dos result. no futuro**

	2025	2024
Ganhos atuariais líquidos não realizados c/plano de pensão de benefício definido (*)	1.300	957
	1.300	957

**Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos**

	2025	2024
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	(79.361)	167.259
	(52.964)	257.229

(\*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimento em empresas coligadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa de ativid. operac.</b>			
Lucro líquido do exercício		26.397	89.970
Ajustes p/reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das ativid. operacionais:			
Resultado da equivalência patrimonial	5	(26.479)	(90.025)
Receitas financeiras		(1)	-
<b>Varição de ativos e passivos</b>			
Outras contas de ativos e passivos		(1)	-
<b>Fluxo de caixa líq. aplic. nas ativid. operac.</b>			
		(84)	(55)
<b>Fluxo de caixa das ativid. de investim.</b>			
Recebimento de dividendos	7	24.025	24.650
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>			
		24.025	24.650
<b>Fluxo de caixa das ativid. de financiam.</b>			
Pagamento de dividendos		(23.950)	(24.650)
<b>Fluxo de Caixa líq. aplicado ativid. de financ.</b>			
		(23.950)	(24.650)
Redução do caixa e equiv. de caixa		(9)	(55)
Caixa e equiv. de caixa início do exercício		31	89
<b>Caixa e equiv. de caixa final do exercício</b>		<b>22</b>	<b>31</b>

bonificação não alterou o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, tampouco implicou movimento no caixa, representando apenas a reclassificação de contas do patrimônio líquido. **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito de aumento de participação em coligadas e o efeito de opção de ações de coligadas. **c) Reserva de lucros:** 1) **Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. 2) **Lucros a realizar** - A Companhia transfere para a reserva de lucros a realizar o montante do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será distribuída conforme disponibilidade de caixa da Companhia. **d) Dividendos:** A Companhia, conforme ato de reunião de diretoria, amparada na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado pela unanimidade de seus acionistas em Assembleia Geral. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será deliberada em Assembleia de Acionistas, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Em 2025 a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios na forma do previsto em seu estatuto no montante de R\$ 6.269 (R\$ 21.368 em 2024), adicionalmente, distribuiu, antecipadamente, dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 17.681 (R\$ 3.282 em 2024), totalizando o montante de R\$ 23.950 (R\$ 24.650 em 2024) pagos ao longo do exercício, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

	2025	2024
Cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício	26.397	89.970
Reserva legal 5%	(1.320)	(4.498)
Lucro líquido ajustado	25.077	85.472
Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido ajustado	6.269	21.368
Dividendos adic. ao mínimo obrig.	17.681	3.282
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<b>23.950</b>	<b>24.650</b>

Data de deliberação	Data de pagamento	Valor
20/02/2025	17/03/2025	1.530
20/02/2025	10/04/2025	1.020
29/04/2025	20/05/2025	3.240
29/04/2025	29/05/2025	2.160
01/08/2025	19/08/2025	2.400
01/08/2025	09/09/2025	1.600
31/10/2025	12/12/2025	7.200
31/10/2025	17/12/2025	4.800
		<b>23.950</b>

**Nota 8 - Resultado por Ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro com os montantes utilizados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	2025	2024
<b>Básico e diluído</b>		
Ações		
(Em milhares, exceto ações e dados por ações)		
<b>Numerador básico</b>		
Lucro alocado disponível para os acionistas	26.397	89.970
<b>Denominador básico</b>		
Média ponderada de ações	951.286.451	413.632.263
Lucro por ação (em R\$)		
- básico e diluído	0,03	0,09

**Nota 9 - Evento Subsequente:** I) Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerdau S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, a criação de um novo programa de recompra de ações de sua emissão, cujo prazo para aquisição se iniciará em 24/02/2026, com prazo máximo de 18 meses, visando à aquisição de até 55.000.000 ações preferenciais, representando aproximadamente 4,4% das ações preferenciais (GGBR4) e/ou de ADRs listados em ações preferenciais (GGB) em circulação e até 1.441.120 ações ordinárias, representando aproximadamente 1,0% das ações ordinárias (GGBR3) em circulação. II) Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerdau S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, o cancelamento de 418.800 ações ordinárias (GGBR3) e 7.700.000 ações preferenciais (GGBR4), de sua emissão, sem valor nominal e sem redução do valor do capital social. Em decorrência do cancelamento de ações aprovado, o capital social da controlada Gerdau S.A. passou a ser dividido em 717.363.819 ações ordinárias e 1.275.397.330 ações preferenciais, todas sem valor nominal. A respectiva alteração ao art. 4º do Estatuto Social da controlada Gerdau S.A. para refletir a nova quantidade de ações, será deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada. A Companhia esclarece que tais deliberações não produzem quaisquer efeitos diretos sobre suas atividades, posição patrimonial e/ou Demonstrações Financeiras.

**Diretor-Presidente:** Claudio Johannpeter  
**Diretor-Superintendente:** Cristiano Johannpeter  
**Contador:** Denise Abreu Lanzoni - CRC RS - 93282/O

# SLC PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ 90.522.921/0001-07 - AV. DR. NILO PEÇANHA, 2900 - 14º ANDAR - CEP 91.330-001 - PORTO ALEGRE-RS - FONE: (51) 3230-7700 www.slc.com.br

Relatório da Administração  
Srs. Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias submetemos à consideração de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. A DIRETORIA  
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)										
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	261.735	84.048	3.188.476	2.173.546					
Aplicações financ. de curto prazo	5	-	-	156.931	161.776					
Contas a receber	6	-	-	484.934	537.892					
Estoques	7	-	-	4.377.271	4.357.495					
Ativo biológico	8	-	-	2.350.421	1.785.392					
Adiantamento a fornecedores	10	15.054	13.398	323.640	246.242					
Impostos a recuperar		-	59.821	-	-					
Dividendos a receber		-	-	-	-					
Operações com derivativos	25.h	-	-	409.674	291.349					
Títulos e créditos a receber	9	4.977	4.590	69.343	27.766					
Outros valores a receber		203	25	12.937	21.380					
Despesas do exercício seguinte		38	543	48.178	30.498					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>282.007</b>	<b>162.155</b>	<b>11.478.102</b>	<b>9.668.167</b>					
<b>Não circulante</b>										
Impostos a recuperar	10	-	-	398.298	288.998					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	360.512	395.315					
Contas de sócios	11	-	-	150.957	161.452					
Títulos e créditos a receber	9	7.201	26.213	114.788	26.734					
Contas a receber	6	-	-	119.053	51.068					
Adiantamento a fornecedores		-	-	3.787	30.288					
Operações com derivativos	25.h	-	-	184.617	310.002					
Outras contas a receber		-	323	165.816	109.425					
		7.201	26.536	1.497.828	1.373.282					
Investimentos	12	3.325.302	2.703.322	38.456	30.385					
Propriedades para investimento	14	-	-	53.182	58.683					
Ativo de direito de uso	30	-	-	2.806.697	2.602.207					
Imobilizado	13	24.544	27.648	7.212.793	5.511.925					
Intangível	15	-	117	679.251	342.716					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.357.047</b>	<b>2.757.623</b>	<b>12.288.207</b>	<b>9.919.198</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>3.639.054</b>	<b>2.919.778</b>	<b>23.766.309</b>	<b>19.587.365</b>					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)										
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>										
Outros resultados abrangentes:										
Derivativos - hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-					
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-					
Var. cambial de conver. de control. no ext.		(18.081)	33.269	-	-					
Derivativos - hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-					
reflexo de controladas		329.167	(359.105)	-	-					
Resultado abrang. p/ o exerc., líq. de imp.		523.552	(59.948)	1.168.699	(231.744)					
Atribuível a:										
Acionistas controladores		-	-	523.552	(59.948)					
Acionistas não controladores		-	-	645.147	(171.796)					
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.168.699	(231.744)					

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)										
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das ativ. operacionais</b>										
Result. antes dos imp. s/e o lucro		212.466	289.774	628.942	519.016					
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas ativ. operacionais:										
Variação de ativo biológico		-	-	-	-					
Variação do valor realizável líquido dos produtos agrícolas		-	-	(106.593)	(267.078)					
Provisão para perdas em estoques		-	-	6.754	4.809					
Provisão p/ perdas em estoques		-	-	(1.206)	5.128					
Provisão para contingências		-	-	66.333	62.549					
Provisão p/ perdas em imp. a recuperar		-	-	25.487	9.109					
Provisão (reversão) de baixas de imobilizado/investimentos		-	-	124.204	109.658					
Variação no valor justo das propriedades p/ investim.		-	-	(1.360)	(16.430)					
Depreciação e amortização		3.117	2.002	406.527	309.180					
Result. nas baixas de ativos perman.		117	19.849	3.303	24.638					
Equivalência patrimonial		(248.792)	(201.571)	-	-					
Remuneração baseada em ações		-	-	14.707	12.064					
Rendimentos de aplic. financeiras		-	-	(7.786)	(4.325)					
AVP - títulos a pagar		-	-	54.892	10.495					
AVP - passivo de arrendamento		-	-	337.146	310.715					
Atualização monet. aquis. controladas		-	-	23.573	23.436					
Juros e atualização monet. s/ emprést.		-	-	792.272	959.529					
Valor justo de instrumento financeiro		-	-	17.388	(16.116)					
Amortização de direito de uso		-	-	349.441	301.599					
Outros		-	-	(1.849)	76.064					
<b>Total</b>		<b>(33.092)</b>	<b>110.054</b>	<b>2.849.472</b>	<b>2.552.781</b>					

**1. Contexto operacional:** A SLC Participações S.A. e suas controladas ("Companhia" ou "Grupo") têm como objeto social a participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais, industriais, agrícolas e financeiros; a prestação de assistência técnica, administrativa, operacional e financeira às subsidiárias e coligadas; a representação comercial, o comércio, a importação e exportação de máquinas agrícolas e equipamentos industriais. A Companhia está sediada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. A administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCP 7 - Evidenciando na Divulgação do Relatório Contábil-Financeiros do Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A conclusão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada em reunião de diretoria realizada em 31 de março de 2026. a) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Combinação de negócios; • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; • Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de renda e de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da transformação biológica relevante das culturas e do desmame ou aquisição do rebanho bovino; • Os produtos agrícolas após a colheita, mensurados pelo valor realizável líquido; • Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo; e • Transações de investimento baseadas em ações mensuradas a valor justo na data de outorga. b) Moeda funcional e transações saldos em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a Germany (BVI) Ltd, cuja moeda funcional é o dólar. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. c) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Saldos e transações realizados com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por impairment.

**3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) Reconhecimento de receita: O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. Venda de terras: Algumas controladas possuem como objeto de negócio a vendas de terras. As vendas acontecem em linha com a estratégia atual de realização de ganhos imobiliários, sendo reconhecidas conforme previsto na seção Reconhecimento da receita acima. Nas demonstrações financeiras consolidadas, estas receitas são classificadas no grupo de "outras receitas operacionais", visto não representarem o objeto principal do negócio do Grupo. b) Estoques: Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados com base no Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1), que corresponde nas normas internacionais à IAS 2. A Controlada SLC Agrícola S.A. mensura seus estoques ao fim de cada período. Essa norma proporciona orientação sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Também proporciona orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques. Conforme esse pronunciamento, os estoques de produtos agrícolas após a colheita são mensurados pelo valor realizável líquido, e suas alterações são reconhecidas no resultado do período em que tenha sido verificada essa alteração. Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens, material de acondicionamento, peças de reposição, mercadorias, máquinas agrícolas, implementos agrícolas, produtos e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado é constituída quando o valor registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

c) Ativo biológico: Os ativos biológicos correspondem substancialmente às culturas de soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos no mercado. São mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o momento de transformação biológica, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos a incorrer. Neste momento a transformação do ativo biológico é significativa e o impacto sobre o valor é material. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Esta mensuração é uma estimativa apurada baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da controlada SLC Agrícola S.A., para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto. O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado das vendas; (b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas. Com base na estimativa de receitas e custos, a controlada SLC Agrícola S.A. determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. d) Investimentos (Controladora): Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme o CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é capaz de reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis; • Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa anual de depreciação
Correção e desenvolvimento do solo	14,29%
Prédios e benfeitorias	4,45% a 5%
Móveis e utensílios	10 a 25%
Equipamentos e instalações de escritório	14% a 25%
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	7,14%
Veículos	7,69% a 20%
Outros	20% a 28%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso. O eventual ganho ou perda do cliente é calculado pelo valor líquido (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas constatarem que seus ativos imobilizados não estavam acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária. A controlada SLC Agrícola S.A. apura para determinadas classes de ativos, o valor residual considerando a receita que obterá com a venda deduzindo as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. O valor residual e a vida útil dos ativos é revista no encerramento de cada exercício e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso. f) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se a perda esperada excede o valor recuperável. A perda decorre de um evento de reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor

<p><b>SLC</b> <b>SLC PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025 e 2024</b> (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) <span style="float: right;">continuação</span></p>					
<p>presunção para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:</p>	<p>expectativa que os instrumentos de hedge sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o exercício para o qual o hedge é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. Hedges de fluxos de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (hedged) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa. Hedges de valor justo: A controlada SLC Máquinas Ltda utiliza instrumentos financeiros derivativos (swaps de taxa de juros), para se proteger contra riscos de taxa de juros aos quais está exposta. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como hedges de valor justo, por serem destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de passivos reconhecidos. Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo: A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas ou receitas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. j) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas: Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. k) Pagamento baseado em ações: A controlada SLC Agrícola S.A. possui Plano de Opções de Ações e Plano de Ações Restritas para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho da Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a controlada SLC Agrícola S.A. mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10 (R1). O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido da controlada SLC Agrícola S.A., pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. l) Lucro líquido por ação: O cálculo do lucro líquido por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pelo número de ações ordinárias ao final do exercício, conforme previsto na legislação societária. m) Benefícios a empregados: Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia e suas controladas incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações e de ações restritas para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. n) Demonstrações dos fluxos de caixa: O Grupo elaborou demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas com base no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto. o) Operações de arrendamento: As controladas reconhecem o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. Os principais contratos se referem a operações de arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de algodoceiras, maquinários, veículos e imóveis. A administração das controladas consideram como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela</p>	<p>cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região. p) Combinação de negócios e ágio: Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo da aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. q) Novas normas ou revisadas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; e • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação de todos os impactos do novo padrão. Os impactos materiais iniciais já identificados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio; • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)); e • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Não há outras normas ainda não vigentes que possam trazer impacto relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.</p>			
<p>ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços COFINS - Contribuição para Seguridade Social PIS - Programa de Integração Social ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural</p>	<p><b>Alíquotas</b> 0% a 17% 0% a 7,60% 0% a 1,65% 2% a 5% 0,25% a 2,05%</p>	<p>4. <b>Eventos subsequentes:</b> a) Incorporação da Sierentz pela SLC CO: Em 1 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária e após o encerramento das demonstrações financeiras de 31/12/2025, foi aprovada a incorporação da Sierentz Agro Brasil Ltda., pela sua controladora SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. ("SLC CO"). A incorporação da Sierentz na SLC CO, tem como escopo: (i) simplificar a estrutura societária do Grupo SLC, unificando as atividades da Sierentz e da SLC CO em uma só empresa; (ii) reduzir custos administrativos e operacionais redundantes, bem como aumentar a eficiência da gestão e da governança do Grupo; e (iii) Maior sinergia operacional e otimização de recursos, com a integração dos negócios, atendendo aos interesses das respectivas empresas. Na operação, foi apurado laudo de avaliação do patrimônio da sociedade, com data-base em 3 de dezembro de 2025, que atribuiu patrimônio líquido no valor de R\$130.723. No dia 11 de fevereiro de 2026, os atos societários que deliberaram essa incorporação foram deferidos pela Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCRSRS). b) Lei complementar nº 224/2025: Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, a qual estabelece reduções lineares de incentivos e benefícios fiscais federais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, impactando diversos segmentos do agronegócio. Dentre as principais alterações introduzidas pela referida legislação, destacam-se: (i) aumento da alíquota da contribuição ao Funrural de 2,05% para 2,23%; (ii) aplicação de alíquota correspondente a 10% da alíquota padrão do regime não cumulativo de PIS e Cofins; (iii) vedação à apropriação de créditos de PIS e Cofins referentes ao adicional de 10% nas aquisições; (iv) majoração em 10% das bases de presunção para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no regime do Lucro Presumido; e (v) redução de incentivos fiscais aplicáveis a empresas tributadas pelo Lucro Real. A Administração da Companhia encontra-se em processo de avaliação e mensuração dos potenciais impactos decorrentes desse evento sobre suas demonstrações financeiras a partir de 1 de janeiro de 2026. c) Liquidação de empréstimo na controlada SLC Máquinas Ltda.: Em janeiro de 2026 a SLC Máquinas Ltda. liquidou integralmente o saldo de R\$245.221 de capital de giro CCB referente à dívida junto ao banco da montadora (floor plan).</p>			
<p>Na demonstração de resultado as vendas são apresentadas líquidas destes impostos. i) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos: O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Passivos financeiros não derivativos: O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores e arrendamentos, títulos a pagar e outras contas a pagar. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge: A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. No momento da designação inicial do hedge, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. O Grupo avalia se os objetos de hedge previstos ou contratados permanecem no mesmo montante período de vigência do instrumento de hedge. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma</p>	<p>As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis estão disponíveis eletronicamente no endereço: <a href="https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/">https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/</a> O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 31 de março de 2026.</p>	<p><b>Diretoria</b></p> <table border="1"> <tr> <td><b>Eduardo Silva Logemann</b> Diretor Presidente</td> <td><b>Jorge Luiz Silva Logemann</b> Diretor Vice-Presidente</td> <td><b>Airton Luiz Fleck</b> Diretor de Controladoria</td> </tr> </table> <p><b>Contador</b></p> <p><b>Airton Luiz Fleck</b> - Técnico Contábil CRC/RS 37.296</p> <p><b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas</b></p> <p><b>EY</b> ERNST &amp; YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC/SP-015199/F Vicente De Giacomo Pias - Contador CRC RS - 097557/O</p>	<b>Eduardo Silva Logemann</b> Diretor Presidente	<b>Jorge Luiz Silva Logemann</b> Diretor Vice-Presidente	<b>Airton Luiz Fleck</b> Diretor de Controladoria
<b>Eduardo Silva Logemann</b> Diretor Presidente	<b>Jorge Luiz Silva Logemann</b> Diretor Vice-Presidente	<b>Airton Luiz Fleck</b> Diretor de Controladoria			

# Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342

EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

JC

92

ANO

# Câmara derruba texto do Senado sobre seguro-defeso

A Câmara dos Deputados derrubou nesta quinta-feira as mudanças feitas pelo Senado na medida provisória do seguro-defeso, benefício pago a pescadores artesanais no período de proibição da pesca, e manteve os pagamentos retroativos a beneficiários.

Na véspera, senadores da oposição e do governo haviam fechado um acordo para derrubar essa possibilidade, que havia sido incluída pelo relator, senador Beto Fato (PT-PA), na comissão especial que discutiu a MP.

O seguro-defeso equivale ao valor do salário mínimo, de R\$ 1.621 em 2026. O texto que agora segue para sanção presidencial estabelece que, em 2026, a despesa da União com o benefício não poderá ultrapassar R\$ 7,9 bilhões. Esse valor não inclui os atrasados, ou seja, pescadores que poderiam ter acesso ao benefícios em anos anteriores, mas não fizeram o pedido. O relatório de Faro não tem estimativa de quanto isso deve custar para a União.

Com a retomada no texto do relator, ficou mantida a previsão de que os pescadores artesanais precisam ter registro com biometria e inscrição no CadÚnico (cadastro único de acesso a benefícios sociais), com a ressalva de que esse cadastro não teria efeito para o cálculo do limite de renda para o acesso ao benefício. Essa ressalva havia sido excluída pelo plenário do Senado.

Os senadores também queriam a retomada da proposta original enviada pelo governo quanto à periodicidade do envio de documentos fiscais de venda do pescado, de pelo menos seis meses nos 12 meses anteriores ao início do defeso, ou mediante comprovantes de contribuições previdenciárias no período de atividade. A Câmara derrubou esse prazo e manteve apenas a obrigação de envio da papelada, sem o recorte temporal.

A quarta mudança, também derrubada, diz respeito à exigência de autenticação de um fator para acesso dos beneficiários aos sistemas digitais do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Trabalho e Emprego. A Câmara manteve a possibilidade de que essa identificação possa ser feita por servidor público habilitado ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada.

Os senadores foram contrários à possibilidade de o Ministério do Trabalho e Emprego fechar parcerias com entidades representativas dos pescadores artesanais. Para a oposição, isso abre caminho para fraudes e para o descontrole nos cadastros.

## FREPAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

**Relatório da Administração:** Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Frepar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessário. Porto Alegre, 07 de abril de 2026. **A Administração.**

CNPJ 33.571.943/0001-23

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma).**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente						
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		2025	2024		2025	2024	
<b>Ativo circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>	7			<b>Receitas e Despesas operac.</b>				<b>Lucro liq. apurado na demonstração result.</b>	26.397	89.970
Caixa e equivalentes de caixa	4	41	49	Capital social		951.304	413.632	Resultado da equiv. patrimonial	5	26.479	90.025	<b>Valores potenc. reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro</b>		
Créditos tributários		8	6	Reservas de lucros		1.320	503.016	Despesas gerais e administrativas		(82)	(53)	<b>Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)</b>	(83.844)	185.791
		49	55	Prejuízos acumulados		(33.529)	-	<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		26.397	89.972	Ganhos (perdas) não realizadas em hedge de investimentos líquido (*)	3.178	(19.490)
<b>Ativo não circulante</b>				Ajuste de avaliação patrimonial		405.794	458.606	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>26.397</u>	<u>89.970</u>	Hedge de fluxo de caixa (*):		
Investimentos	5	1.324.840	1.375.199			1.324.889	1.375.254	Lucro por ação do capital social ao final do exercício - R\$	8	0,03	0,09	Ganhos não realizados	5	1
		1.324.840	1.375.199	<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>		<u>1.324.889</u>	<u>1.375.254</u>					(80.661)	166.302	
<b>Total do ativo</b>		<u>1.324.889</u>	<u>1.375.254</u>											

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Capital social subscrito	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros a realizar	Aj. de avaliação patrimonial	Lucros/prej. acumulados	Total do patrim. liq.
<b>Saldo em 01/01/2024</b>	413.632	37.945	399.751	275.980	89.970	1.127.308
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	89.970	89.970
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	167.259	167.259	167.259
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	167.259	89.970	257.229
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	15.367	-	15.367
Constituição de reserva legal	-	4.498	-	-	(4.498)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	60.822	-	(60.822)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(24.650)	(24.650)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	413.632	42.443	460.573	458.606	26.397	1.375.254
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.397	26.397
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(79.361)	-	(79.361)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(79.361)	26.397	(52.964)
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	26.549	-	26.549
Constituição de reserva legal (nota 7)	-	1.320	-	-	(1.320)	-
Aumento de capital social (nota 7)	537.672	(42.443)	(460.573)	-	(34.656)	-
Dividendos distribuídos (nota 7)	-	-	-	-	(23.950)	(23.950)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	951.304	1.320	-	405.794	(33.529)	1.324.889

**Notas explicativas**

**Nota 1 - Informações Gerais:** A Frepar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As Demonstrações Financeiras da Frepar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 07 de abril de 2026.

**Nota 2 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Riscos de conflitos internacionais:** Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira das empresas investidas e, consequentemente, da Companhia. **Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação - sem cobrança de IBS e CBS). Mesmo com a publicação da mencionada lei complementar, ainda existem inúmeros aspectos da reforma que requerem regulamentação. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma, em virtude de suas operações ou de coligadas, nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2025. **Pilar Dois:** O Brasil instituiu o Adicional da CSLL no contexto da adoção das regras do Pilar Dois (GloBE), conforme a Lei nº 15.079/2024, aplicável a partir do ano-calendário de 2025. A Administração avaliou a aplicabilidade das regras do Pilar Dois e concluiu que a Companhia não se enquadra no escopo dessas regras, uma vez que não atende aos critérios para caracterização como Entidade Constituinte, nos termos da regulamentação aplicável. Dessa forma, não há impactos atuais ou esperados nas demonstrações financeiras da Companhia, tampouco foram reconhecidos ou divulgados ativos ou passivos fiscais relacionados a esse tema. A Companhia continuará monitorando eventuais alterações na legislação e interpretações aplicáveis que possam impactar sua avaliação quanto ao escopo do Pilar Dois no futuro. **Novas normas contábeis:** As emissões/alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As emissões e alterações de normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são efetivas para o exercício iniciado em 2025, não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e revisou determinados pronunciamentos contábeis cuja adoção é requerida para exercícios iniciados em 2026 ou posteriormente. A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos da adoção dessas normas em suas demonstrações

financeiras. - Emissão da norma CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Esta nova norma contábil substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma. Não há outras normas contábeis CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

**Nota 3 - Políticas Contábeis Materiais - 3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira - Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira". **3.2 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. **3.3 - Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.4 - Dividendos distribuídos:** O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal, portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia, utiliza o lucro real como forma de tributação, às alíquotas de 25% para o imposto de renda (15% mais o adicional de 10%) e 9% para a Contribuição social, para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024.

**Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no país.

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Conta corrente país	41	49

e sua movimentação, podem ser demonstrados como

	Resultado da equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2024
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.127.197	90.025	182.626	1.375.198
Açoter Participações Ltda.	1	1	1	1
	<u>1.127.198</u>	<u>90.025</u>	<u>182.626</u>	<u>1.375.199</u>
	Resultado da equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2025
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.375.198	26.479	(52.813)	1.324.839
Açoter Participações Ltda.	1	1	1	1
	<u>1.375.199</u>	<u>26.479</u>	<u>(52.813)</u>	<u>1.324.840</u>

**Nota 5 - Investimentos:** Os investimentos em coligadas, segue:

	Saldo em 01/01/2024	Resultado da equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2024
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.127.197	90.025	182.626	(24.650)	1.375.198
Açoter Participações Ltda.	1	1	1	1	1
	<u>1.127.198</u>	<u>90.025</u>	<u>182.626</u>	<u>(24.650)</u>	<u>1.375.199</u>
	Saldo em 01/01/2025	Resultado da equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2025
Indac Investimentos e Participações S.A.	1.375.198	26.479	(52.813)	(24.025)	1.324.839
Açoter Participações Ltda.	1	1	1	1	1
	<u>1.375.199</u>	<u>26.479</u>	<u>(52.813)</u>	<u>(24.025)</u>	<u>1.324.840</u>

risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operar num mercado de *commodities*, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. A Companhia não possui operações relacionadas a commodities, motivo pelo qual não está exposta de forma relevante ao risco de variação de preços desses produtos. Dessa forma, as oscilações nos mercados internacionais de commodities não impactam diretamente as operações da Companhia.

**Nota 7 - Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2025 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 951.304 (R\$ 413.632 em 31/12/2024) dividido em 951.304.570 ações (413.632.263 em 31/12/2024) no valor de R\$ 1,00 cada uma. Em Assembleia Geral realizada em 26/12/2025, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia mediante capitalização dos saldos de reservas de lucros apuradas até 31/12/2024, sem ingresso de novos recursos financeiros, nos termos do art. 169 da lei nº 6404/76. O aumento de capital social foi realizado por meio de bonificações de ações, utilizando recursos provenientes das reservas de lucros a realizar e da reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

Valores capitalizados	460.573
Reserva de lucros a realizar	460.573
Reserva legal	42.443
Lucros apurados até 30/09/2025	34.656
	<u>537.672</u>

Em decorrência dessa operação, o capital social foi elevado de R\$ 413.632 para R\$ 951.304, mediante a emissão de 537.672.307 novas ações ordinárias, distribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de suas participações na data base estabelecida. A bonificação não alterou o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, tampouco implicou movimento no caixa, representando apenas a reclassificação de contas do patrimônio líquido. **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não

**Nota 8 - Resultado por Ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro com os montantes utilizados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

Básico e diluído	2025	2024
Ações	26.397	89.970
(Em milhares, exceto ações e dados por ações)		

**Numerador básico**  
Lucro alocado disp. p/los acionistas 26.397 89.970

**Denominador básico**  
Média ponderada de ações 951.304.570 413.632.263  
Lucro por ação (em R\$)  
- básico e diluído 0,03 0,09

**Nota 9 - Evento Subsequente: I)** Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerduard S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, a criação de um novo programa de recompra de ações de sua emissão, cujo prazo para aquisição se iniciará em 24/02/2026, com prazo máximo de 18 meses, visando à aquisição de até 55.000.000 ações preferenciais, representando aproximadamente 4,4% das ações preferenciais (GGBR4) e/ou de ADRs lastreados em ações preferenciais (GGBG) em circulação e até 1.441.120 ações ordinárias, representando aproximadamente 10% das ações ordinárias (GGBR3) em circulação. **II)** Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerduard S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, o cancelamento de 418.800 ações ordinárias (GGBR3) e 7.700.000 ações preferenciais (GGBR4), de sua emissão, sem valor nominal e sem redução do valor do capital social. Em decorrência do cancelamento de ações aprovado, o capital social da controlada Gerduard S.A. passou a ser dividido em 717.363.819 ações ordinárias e 1.275.397.330 ações preferenciais, todas sem valor nominal. A respectiva alteração ao art. 4º do Estatuto Social da controlada Gerduard S.A., para refletir a nova quantidade de ações, será deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada. A Companhia esclarece que tais deliberações não produzem quaisquer efeitos diretos sobre suas atividades, posição patrimonial e/ou Demonstrações Financeiras.

**Diretor-Presidente:**  
Guilherme Chagas Gerduard Johannpeter

**Diretor-Superintendente:**  
Arthur Chagas Gerduard Johannpeter

**Contador:**  
Denise Abreu Lanzoni - CRC RS - 93282/O



**PECCIN S.A.**  
CNPJ 89.425.888/0001-18

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s., as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparativamente a 31 de dezembro de 2024 e, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância as Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e alterações posteriores e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no link <https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. A Administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados. Erechim/RS, 30/03/2026.

Balanco Patrimonial - Em milhares de Reais, Valores expressos em milhares de Reais			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo Circulante</b>		<b>283.298</b>	<b>230.342</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	85.003	43.019
Contas a Receber de Clientes	5	112.775	98.565
Estoques	6	76.639	70.778
Impostos a Recuperar	7	4.197	4.086
Adiantamentos		1.701	1.304
Adiantamentos de Arrendamento		907	907
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	1.230	9.917
Despesas Antecipadas		828	1.075
Outras Contas a Receber		18	691
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>356.724</b>	<b>313.895</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Depósitos Judiciais		2.006	1.928
Impostos a Recuperar	7	4.223	7.138
Impostos Diferidos	15	2.000	2.649
Adiantamentos de Arrendamento		7.561	8.468
Imobilizado	8	325.360	278.129
Intangível	9	3.551	3.164
Direito de Uso	10	12.023	12.419
<b>Total do Ativo</b>		<b>640.022</b>	<b>544.237</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>152.138</b>	<b>151.866</b>
Fornecedores	11	56.520	58.941
Empréstimos e Financiamentos	12	56.997	41.640
Obrigações Trabalhistas	13	14.859	13.929
Obrigações Tributárias	14	8.058	7.067
IRPJ e CSLS a Pagar	15	—	1.104
Adiantamentos de Clientes		1.089	3.150
Dividendos a Pagar	19	1.521	8.273
Passivo de Arrendamento	16	1.744	3.661
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	5.137	8.994
Outras Contas a Pagar		6.413	5.107
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>331.908</b>	<b>168.665</b>
Empréstimos e Financiamentos	12	243.826	149.963
Provisões para Contingências	17	1.930	2.140
Tributos Diferidos	15	11.374	9.062
Obrigações Tributárias	14	—	59
Dividendos a Pagar	19	66.454	—
Passivo de Arrendamento	16	7.974	7.115
Passivo Atuarial	18	350	326
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>155.976</b>	<b>223.706</b>
Capital Social		92.303	92.303
Reserva de Lucros		58.315	125.826
Ajuste de Avaliação Patrimonial		5.358	5.577
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>640.022</b>	<b>544.237</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma						
	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>92.303</b>	<b>10.525</b>	<b>45.708</b>	<b>45.637</b>	<b>5.497</b>	<b>199.774</b>
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	—	33.710
Constituição de Reserva Legal (nota 19)	—	1.686	—	—	—	(1.686)
Dividendos Obrigatórios (nota 19)	—	—	—	—	—	(7.262)
Juros sobre o Capital Próprio (nota 19)	—	—	—	—	—	(1.806)
Emissão de Títulos Partes Beneficiárias	—	—	—	—	—	(1.011)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	—	—	—	325	(108)	—
(-) Tributos Diferidos sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	—	—	—	—	—	—
Transferência Reservas de Lucros	—	—	—	21.945	—	(21.945)
Ajuste de Avaliação do Passivo Atuarial	—	—	—	—	47	47
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>92.303</b>	<b>12.211</b>	<b>45.708</b>	<b>67.907</b>	<b>5.426</b>	<b>223.706</b>
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	—	1.601
Constituição de Reserva Legal (nota 19)	—	80	—	—	—	(80)
Dividendos Obrigatórios (nota 19)	—	—	—	—	—	(368)
Distribuição de Dividendos	—	—	—	(67.907)	—	(1.105)
Emissão de Títulos Partes Beneficiárias	—	—	—	—	—	(48)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	—	—	—	316	(317)	(1)
(-) Tributos Diferidos sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	—	—	—	—	108	—
Ajuste de Avaliação do Passivo Atuarial	—	—	—	—	(10)	(10)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>92.303</b>	<b>12.291</b>	<b>45.708</b>	<b>316</b>	<b>5.217</b>	<b>155.976</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1. Contexto Operacional:** A Peccin S.A. (a "Companhia" ou "Peccin") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 15 de fevereiro 1956, com sede em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem como atividade principal a industrialização e comercialização nacional e internacional de balas, gomas de mascar, pirulitos, wafer com chocolates. A Companhia é controlada pelas empresas: Foco Participação, Dipar Participações, Dgm Participações e pelo Sr. Dirceu Gilmar Pezzin.

**2. Base de Preparação, Normas e Eventos 2025:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

**2.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração aprovou as demonstrações financeiras da Companhia em 30 de março de 2026. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) bem como passivo atuarial, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.16.

**2.2 Mudanças de Políticas Contábeis e Divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: Alterações ao IAS 21 - "Falta de Permutabilidade". A Companhia avaliou as alterações do IAS 21 na preparação das demonstrações financeiras após 1º de janeiro de 2025 e não verificou impactos.

**2.3 Principais Eventos Ocorridos em 2025: Impactos do aumento do preço do cacau em 2025:** No exercício de 2025, a Companhia enfrentou desafios significativos devido ao expressivo aumento no preço do cacau, matéria-prima essencial para a produção de wafer com cobertura de chocolates. A alta foi impulsionada por fatores como condições climáticas adversas nas principais regiões produtoras, restrições na oferta global e aumento na demanda do mercado internacional. Como consequência, os custos de produção foram substancialmente elevados, impactando as margens operacionais da Companhia. Para mitigar esses efeitos, foram adotadas estratégias como ajustes na precificação dos produtos, otimização da cadeia de suprimentos e revisão de contratos com fornecedores. Apesar dessas medidas, o cenário adverso influenciou o desempenho financeiro da Companhia, refletindo-se nos resultados do período. A Companhia segue acompanhando atentamente o mercado de cacau e buscando alternativas para minimizar impactos futuros, garantindo a sustentabilidade do negócio e a qualidade

dos produtos. **Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A atual estratégia de resposta da Companhia aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se em monitorar possíveis impactos em preços de matérias primas e commodities que possam sofrer oscilações em função de efeitos climáticos. A Companhia também realiza busca por soluções sustentáveis, tratamento de efluentes e menores fontes poluidoras. Os fatores de risco relacionados às mudanças climáticas, embora incertos, continuarão a ser acompanhados pela Administração. **Reforma Tributária sobre o consumo:** A reforma tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), institui o Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI. Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033. Ano de 2026 é um período de testes com adequação de sistemas para os novos impostos e alíquotas. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. A Companhia tem promovido adequações em seus sistemas com o objetivo de atender às exigências da Reforma tributária e garantir a conformidade, além de realizar treinamentos para as equipes envolvidas.

**Tributação de dividendos - Lei nº 15.270/25:** Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026. Um ponto relevante da Lei nº 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação. A Companhia analisou o impacto desta legislação e optou por efetuar a distribuição no ano de 2025, do montante da Reserva de lucros e dos lucros ocorridos no exercício de 2025, de acordo com o que estabelece a Lei 15.270/2025. O pagamento dos dividendos distribuídos no ano de 2025 será realizado até 2028. A partir desta legislação também ocorreu a aprovação do aumento do Capital Social da Companhia, a partir da destinação da Reserva de Incentivos Fiscais, a ser integralizado até 2028.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis Materiais e Julgamentos Críticos na Aplicação das Políticas Contábeis: 3.1 Conversão de Saldos em Moeda Estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

**Dirceu Gilmar Pezzin**  
CPF 307.815.660-53 - Diretor Presidente

**Maurício Silva de Oliveira**  
CPF 777.681.910-72 - Cont. CRC/RS 068423/O-4

Demonstração do Resultado			
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida de Vendas	20	708.932	656.104
Custo dos Produtos Vendidos	21	(508.145)	(453.213)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>200.787</b>	<b>202.891</b>
Despesas Vendas	21	(108.619)	(100.984)
Despesas Administrativas	21	(44.522)	(40.525)
Despesas Tributárias	21	(2.298)	(3.154)
Outras Receitas Operacionais Líquidas	21	5.870	7.081
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>		<b>51.218</b>	<b>65.309</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(46.548)</b>	<b>(11.441)</b>
Receitas Financeiras	22	44.603	135.838
Despesas Financeiras	22	(91.151)	(147.279)
<b>Lucro antes dos Impostos e Contribuições</b>		<b>4.670</b>	<b>53.868</b>
Impostos Correntes	15	—	(14.619)
Impostos Diferidos	15	(3.069)	(5.539)
<b>Lucro Líquido do exercício</b>		<b>1.601</b>	<b>33.710</b>
Ações do Capital Social no Final do Exercício (em milhares)		92.303	92.303
Lucro Líquido por Ações do Capital Social no Fim do Exercício (em R\$)		0,02	0,37

Demonstração do Resultado Abrangente			
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
		2025	2024
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>1.601</b>	<b>33.710</b>
Valor Justo do Passivo Atuarial		(10)	47
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(317)	(108)
Efeito Fiscal		108	37
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>		<b>1.382</b>	<b>33.666</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
		31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		1.601	33.710
<b>Ajustes por:</b>			
Depreciações e Amortizações		18.280	17.622
Alienação do Ativo Imobilizado e Intangível		388	257
AVP Clientes		44	499
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa		(440)	(977)
Reconhecimento CPC 47 - Receitas		(4.240)	3.840
Impostos Diferidos		3.069	5.539
Provisão para Contingência		(210)	(1.220)
Passivo Atuarial		337	400
Variações Cambiais, Líquidas		(95)	(33)
Instrumento Financeiro Derivativo		4.678	(2.228)
Juros sobre Empréstimos Provisionados		32.223	23.464
<b>55.635</b>		<b>80.873</b>	
<b>Varição de saldos de ativo e passivos e outros</b>			
(Aumento) Redução de Clientes		(4.919)	(28.778)
(Aumento) Redução de Estoques		(10.516)	12.529
(Aumento) Redução dos Impostos a Recuperar		3.131	9.855
(Aumento) Redução de Adiantamentos		(403)	130
(Aumento) Redução de Adiantamentos de Arrendamentos		907	907
(Aumento) Redução das Despesas Antecipadas		247	(452)
(Aumento) Redução Outras Contas a Receber		673	(166)
(Aumento) Redução Depósitos Judiciais		(78)	520
(Aumento) Redução Impostos Diferidos		649	2.771
Aumento (Redução) de Fornecedores		(2.421)	6.931
Aumento (Redução) de Obrigações Trabalhistas		730	(1.754)
Aumento (Redução) das Obrigações Tributárias		932	12.969
Aumento (Redução) de Adiantamento de Clientes		(2.061)	464
Aumento (Redução) de Pensões		24	(37)
Aumento (Redução) de Outras Contas a Pagar		1.306	1.090
<b>43.836</b>		<b>97.852</b>	
IRPJ e CSLL Pagos		(1.425)	(14.619)
Juros Pagos sobre Empréstimos		(26.594)	(22.179)
Juros Pagos sobre Arrendamento		(678)	(373)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>		<b>15.139</b>	<b>60.681</b>
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Investimentos</b>			
Aquisição de Intangível		(874)	(563)
Aquisição de Imobilizado		(64.154)	(37.139)
Caixa recebido na alienação do Ativo Imobilizado e Intangível		549	—
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(64.479)</b>	<b>(37.702)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
Dividendos		(8.715)	(17.053)
Juros Sobre Capital Pagos		—	(1.806)
Partes Beneficiárias Pagas		(1.011)	(2.415)
Pagamento de Empréstimos, Financiamentos		(77.485)	(85.414)
Pagamento de Arrendamento		(2.600)	(2.461)
Captação de Empréstimos e Financiamentos		181.135	100.052
<b>Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamentos</b>		<b>91.324</b>	<b>(9.097)</b>
<b>Aumento/(Redução) das Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>41.984</b>	<b>13.882</b>
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa		43.019	29.137
Saldo final do Caixa e Equivalentes de Caixa		85.003	43.019

## Taxas de juros têm recuo modesto nesta quinta

Os juros futuros encerraram o pregão desta quinta-feira, 9, em queda moderada, após terem oscilado entre altas e baixas pela manhã, na esteira do aumento do otimismo na segunda etapa da sessão com notícias sobre tratativas entre Israel e Líbano. As negociações, solicitadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, ao premiê israelense, Benjamin Netanyahu, teriam como objetivo facilitar o caminho para uma resolução entre Washington e o Irã.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 recuou de 13,952% no ajuste anterior a 13,92%. O DI para janeiro de 2029 cedeu de 13,357% do ajuste para 13,305%. O DI para janeiro de 2031 terminou a sessão em 13,465%, de 13,503% no ajuste precedente.

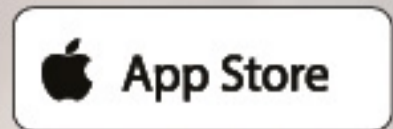
A virada para o terreno negativo dos DIs começou perto de 12h20, quando a NBC noticiou que Trump fez um apelo a Netanyahu para reduzir os ataques de Israel no Líbano em uma ligação telefônica na quarta-feira. O pedido teria como objetivo, segundo um alto funcionário da administração Trump, ajudar a garantir o sucesso das tratativas com Teerã. Em seguida, Netanyahu divulgou comunicado em que anunciou que instruiu seu governo a iniciar as negociações diretas com o Líbano "o mais rápido possível". O diálogo, de acordo com o Axios, deve começar na próxima semana.

Com os ataques recentes no Oriente Médio, o petróleo fechou em alta comedida na sessão desta quinta, de 3,66% no barril do WTI para maio e de 1,23% no Brent para junho, ambos abaixo de US\$ 100. O movimento perdeu bastante ímpeto depois dos sinais de avanços na diplomacia entre Israel e Líbano. Pela manhã, tanto o Brent quanto o WTI operavam perto de US\$ 100 o barril.

**JC 92 ANOS**

Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.

Baixe já o app do JC.



# PDV dos Correios atinge 30% da meta

Um total de 3.075 empregados dos Correios aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) de 2026 da estatal. O número representa 30,7% do público alvo - a projeção inicial da empresa era de que 10 mil profissionais pedissem o desligamento neste ano. O prazo de adesão terminou na terça-feira e não será prorrogado pela empresa. Com esse balanço, a estatal projeta uma economia de cerca de R\$ 1,4 bilhão já em 2027.

O PDV é uma das ações do Plano de Reestruturação dos Correios 2025-2027, voltado à recuperação da sustentabilidade financeira, otimização da rede operacional, eficiência logística da empresa e ao reposicionamento competitivo da estatal. A expectativa dos Correios é a de que o PDV, somado a outras medidas implementadas no primeiro trimestre, gerará uma economia adicional de R\$ 508 milhões anuais.

**Citral Transporte e Turismo S/A**  
 CNPJ 97.755.607/0001-13  
**Assembleia Geral Ordinária**  
**Convocação.** Convidamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede social na Av. Sebastião Amoretti, 1480, Bairro Santa Terezinha, em Taquara, no dia 24 de abril de 2026, às 11:00 horas, com a finalidade de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1 - Tomar as contas dos administradores, apreciar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. 2 - Fixar a remuneração da diretoria. 3 - Outros assuntos de interesse social. Taquara, 07 de abril de 2026  
 Hélio Oswaldo Neumann - Diretor

**Prefeitura Municipal de Salvador das Missões**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026**  
 Proc. 035/2026 - Objeto: Registro de Preços para aquisição de óleos lubrificantes e graxas (menor preço por item). Data da sessão: 28/04/2026 às 9h, no <https://bllcompras.com>. Agente de Contratação: Marjana Rauber Link. Edital: [www.salvador.dasmissoes.rs.gov.br](http://www.salvador.dasmissoes.rs.gov.br), a partir da sua publicação, prevista p/ 13/04/2026. Informações junto à Comissão Permanente de Licitações, (+55 55) 99177-7014 ou [compras@salvador.dasmissoes.rs.gov.br](mailto:compras@salvador.dasmissoes.rs.gov.br). Salvador das Missões (RS), 10 de abril de 2026.  
 VILSON JOSÉ SCHONS  
 Prefeito

**Prefeitura Municipal de Parai**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2026**  
 Objeto: Aquisição de Arco Cirúrgico Móvel com detector digital, para posterior concessão de uso ao Hospital Beneficente Nossa Senhora Aparecida, de Parai, conforme autorizado pela Lei Municipal nº. 3.870/2026. Tipo: Menor Preço por Item. Local da Sessão: [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br). Recebimento das propostas: a partir das 08hs30min do dia 13/04/2026 até às 08hs30min do dia 06/05/2026. Abertura das propostas: a partir das 08hs30min (horário de Brasília) do dia 06/05/2026. Edital e anexos disponíveis no site: [www.parai.rs.gov.br](http://www.parai.rs.gov.br). Informações: fone (54) 3477-1233. E-mail: [licitacoes@parai.rs.gov.br](mailto:licitacoes@parai.rs.gov.br).  
 Gilberto Zanotto, Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Salvador das Missões**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026**  
 Proc. 034/2026 - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos, taxas, contribuições e demais receitas públicas municipais, exclusivamente por meio de pagamentos instantâneos - PIX, com geração de QR Code, integração com sistema municipal, envio de arquivos de retorno, conciliação e repasse dos valores arrecadados ao Município (menor preço por item). Data da sessão: 24/04/2026 às 9h, no <https://bllcompras.com>. Agente de Contratação: Marjana Rauber Link. Edital: [www.salvador.dasmissoes.rs.gov.br](http://www.salvador.dasmissoes.rs.gov.br), a partir da sua publicação, prevista p/ 10/04/2026. Informações junto à Comissão Permanente de Licitações, (+55 55) 99177-7014 ou [compras@salvador.dasmissoes.rs.gov.br](mailto:compras@salvador.dasmissoes.rs.gov.br). Salvador das Missões (RS), 10 de abril de 2026.  
 VILSON JOSÉ SCHONS, Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ**  
**Pregão Eletrônico nº 04/2026.** Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de grama sintética e cercamento em quadra de esportes. Data de abertura dia 29/04/2026 às 09:00 horas através do site [www.pregaoanrisul.com.br](http://www.pregaoanrisul.com.br). Edital em [www.capaodocipo.rs.gov.br](http://www.capaodocipo.rs.gov.br). Adair Fracaro Cardoso- Prefeito de Capão do Cipó.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026:** Contratação de empresa para fornecimento de infraestrutura para realização da Ginca de Arroio do Meio. ABERTURA: 28.04.2026. HORÁRIO: 08 horas.  
**CONCURRENÇA Nº 005/2026:** Contratação de empresa para construção de gavetas mortuárias, junto ao Cemitério Municipal. ABERTURA: 19.05.2026. HORÁRIO: 08 horas.  
 Os editais estão disponíveis no site: [www.arroiodomeiros.com.br](http://www.arroiodomeiros.com.br), no menu link Licitações. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Arroio do Meio (RS), pelo e-mail: [licitacao@arroiodomeiros.com.br](mailto:licitacao@arroiodomeiros.com.br).  
 Arroio do Meio, 10 de abril de 2026. Sidnei Eckert - Prefeito Municipal

**Moinhos de Trigo Indígena S.A. - MOTRISA**  
**Em Recuperação Judicial**  
 CNPJ nº 88.447.032/0001-80 - NIRE 43300007766  
**Convocação para Assembleia Geral Ordinária**  
 Convocamos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em Porto Alegre (RS), na Rua Mostardeiro, nº 777, auditório 4º andar, Bairro Rio Branco, CEP 90430-001, às 14h, no dia 22/04/2026, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2025; 2. Deslinar o resultado do exercício social; e 3. Fixar a remuneração dos administradores. Porto Alegre (RS), 09/04/2026. Fernando Munhós Thormann, Presidente do Conselho de Administração.

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**O PRESIDENTE DA FIEICA RS, FEDERAÇÃO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS EM INDUSTRIAS E COOPERATIVAS DA ALIMENTAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL,** representando seus filiados sindicatos dos trabalhadores da alimentação de Alegrete, Bagé, Camaquã, Estrela, Ijuí, Panificação de Porto Alegre, Pelotas, Passo Fundo e São Gabriel, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, Artigo 20º, letra b), § 1º **CONVOCA** todos seus filiados, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na cidade de Porto Alegre, sito a Rua Quintino Bandeira, 67, bairro floresta, na seguinte data, no dia 13 de Abril de 2026 (segunda-feira) em Primeira Convocação às 10:00 Horas e em Segunda e Última Convocação às 10:30 Horas.  
**ORDEM DO DIA**  
 1. Análise, constituição e aprovação da pauta de reivindicações da categoria em relação à data-base de 1º de maio e de 1º de Junho com vistas à revisão do período 2026/2027. 2. Autorização à diretoria da FIEICA-RS, para instaurar negociação coletiva de trabalho com os representantes patronais (Sindicatos das categorias econômicas e/ou empresas); firmar Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho; apresentar protesto judicial; instaurar Dissídio Coletivo no caso de insucesso das tratativas prévias; contestar dissídio coletivo e firmar acordos judiciais ou extrajudiciais, inclusive aditivos; 3. Deliberar sobre a autorização prévia expressa para que as empresas efetuem os descontos de importância ou percentual do salário autorizado por esta assembleia; deliberar sobre o direito a oposição; seu repasse aos cofres das entidades para fins de assistência social, educacional e custeio das despesas decorrentes do processo de negociação, em face das alterações impostas pela Lei 13467/17, denominada "reforma trabalhista"; 3. Autorização para a Federação atuar como substituto processual dos integrantes da categoria, coletiva ou individualmente, promovendo ações coletivas (ação civil pública, mandado de segurança, mandado de injunção, ação de cumprimento de dissídios, convenções e acordos coletivos) bem como ações para verificação de condições insalubres e diferenças decorrentes da base de incidência, entre outras que se fizerem necessárias para assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores; 4 Assuntos Gerais.  
 Porto Alegre, 06 de abril de 2026.  
 Pedro Mallmann  
 Presidente FIEICA-RS

**A COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO, PELO PRESENTE EDITAL, CONVOCA OS EMPREGADOS CELESTISTAS EM COOPERATIVAS DA ALIMENTAÇÃO PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DO "SINDICATO DOS TRABALHADORES CELESTISTAS EM COOPERATIVAS DAS INDUSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO EM NOVA ARAÇA - RS"**  
 A Comissão Pró-Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas das Indústrias da Alimentação de Nova Araça - RS, neste ato representada pelo representante da Comissão, Sr. Daniel Rigo Demori, pelo presente edital, convoca toda categoria dos trabalhadores celetistas em cooperativas, agrícolas, agropecuárias e agroindustriais de fabricação de produtos de carne de reses - bovinos, ovinos, caprinos e bufalinos -, de suínos, de aves, de embutidos, de carne seca, salgada e defumada, e dos subprodutos do abate de reses - bovinos, ovinos, caprinos e bufalinos -, de suínos, de aves; de laticínios e seus derivados; de aviário e criação de aves para corte, produção de ovos e matrizes; de fabricação de rações e outros alimentos para animais; de abate de reses - bovinos, ovinos, caprinos e bufalinos -, de suínos, de aves; dos municípios de Nova Araça - RS, Serafina Corrêa - RS, Guaporé - RS, Nova Bassano - RS, Dois Lajeados - RS, Vespasiano Corrêa - RS, Montauri - RS, Casca - RS, São Domingos - RS, Parai - RS, Nova Prata - RS, União Da Serra - RS, Vanini - RS, Ciriaco - RS, Davi Canabarro - RS, Vista Alegre Do Prata - RS, Gentil-RS, Camargo-RS, Vila Maria - RS, Santo Antônio do Palma - RS e Marau - RS a participarem da Assembleia Geral de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas das Indústrias da Alimentação de Nova Araça - RS, que terá como sede o município de Nova Araça - RS e base territorial os municípios de Nova Araça - RS, Serafina Corrêa - RS, Guaporé - RS, Nova Bassano - RS, Dois Lajeados - RS, Vespasiano Corrêa - RS, Montauri - RS, Casca - RS, São Domingos - RS, Parai - RS, Nova Prata - RS, União Da Serra - RS, Vanini - RS, Ciriaco - RS, Davi Canabarro - RS, Vista Alegre Do Prata - RS, Gentil-RS, Camargo - RS, Vila Maria - RS, Santo Antônio do Palma - RS e Marau-RS que será realizada no dia 30 de abril de 2026, às 13h30min em primeira chamada, e, às 14h, em segunda chamada, com qualquer número de participantes, os quais somente poderão ingressar na assembleia desde que munidos de documento oficial de identidade e carteira de trabalho, ou documento equivalente, que comprove ser integrante da categoria, no seguinte endereço: Est RS 324 nº 729, cidade de Nova Araça - RS, CEP 95350-000, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação, ou não, da fundação do Sindicato dos Empregados Celetistas em Cooperativas das Indústrias da Alimentação de Nova Araça - RS com sede no município de Nova Araça-RS e base territorial nos municípios de Nova Araça - RS, Serafina Corrêa - RS, Guaporé - RS, Nova Bassano - RS, Dois Lajeados - RS, Vespasiano Corrêa - RS, Montauri - RS, Casca - RS, São Domingos - RS, Parai - RS, Nova Prata - RS, União Da Serra - RS, Vanini - RS, Ciriaco - RS, Davi Canabarro - RS, Vista Alegre Do Prata - RS, Gentil-RS, Camargo - RS, Vila Maria - RS, Santo Antônio do Palma - RS e Marau-RS que será representará a categoria dos trabalhadores celetistas em cooperativas da alimentação no âmbito dos citados municípios; b) Aprovada a fundação do Sindicato, discussão, leitura, apreciação, votação e aprovação, do Estatuto Social; c) Eleição e posse da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados, Representantes e respectivos suplentes; d) Exame da possibilidade de filiação do Sindicato à Entidade de Segundo e/ou Terceiro Grau; e) Outros assuntos de interesse da categoria. A formação da mesa condutora dos trabalhos, os procedimentos referentes às discussões e deliberação da pauta serão decididos pelos presentes. Subscritor: Representante da Comissão de Fundação: Daniel Rigo Demori, Nova Araça-RS, 09 de abril de 2026.  
 Daniel Rigo Demori  
 Representante da Comissão Pró-Fundação

**BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.**  
 CNPJ nº 05.040.481/0001-82 - NIRE 43.300.041.875  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 11 de Dezembro de 2025**  
**Data, Hora e Local:** 11 de dezembro de 2025, às 11 horas, na sede do Banco de Lage Landen Brasil S.A., na Av. Soledade, 550, 8º andar, bairro Petrópolis, na cidade de Porto Alegre, RS, CEP 90470-340 ("Companhia"). **Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Sr. José Luis Souza de Campos, Presidente; Sr. Anderson Juliano dos Santos, Secretário. **Convocação e Publicações:** Dispensada a publicação dos anúncios referidos no caput do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em face da presença da totalidade dos acionistas. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição da Sr. Francisca Johannes Bosse para o cargo de Diretor Executivo da Sociedade. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Foi aprovada, por unanimidade, a eleição do Sr. Francisca Johannes Bosse, holandês, solteiro, administrador de empresas, portador do Registro Nacional Migratório (RNM) nº V194732-0 e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 214.460.768-06, com endereço comercial na Av. Soledade, 550, 8º andar, bairro Petrópolis, na cidade de Porto Alegre, RS, CEP 90470-340, para o cargo de Diretor Executivo da Companhia, com mandato pelo período de 3 (três) anos, devendo permanecer em seu cargo até a posse de seu substituto, conforme previsão do artigo 146, §3º, da Lei nº 6.404/76 e do artigo 14 do Estatuto Social da Sociedade. O Diretor ora eleito declara: (a) não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeçam de exercer atividades mercantis; (b) ter pleno conhecimento das condições previstas na Resolução nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores, bem como no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores; e (c) não estar impedido de exercer a administração da Sociedade por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A posse do Diretor eleito ficará condicionada à obtenção do visto de trabalho e à homologação do Banco Central do Brasil. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura, na forma de sumário, conforme permitido pelo artigo 130, § 1º da Lei das S.A., a qual, reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa. **Declaramos que a presente é uma cópia fiel da redação do livro de Atas da Assembleia Geral de Acionistas. Mesa:** José Luis Souza de Campos - Presidente da Mesa; Anderson Juliano dos Santos - Secretário da Mesa. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certífico registro sob o nº 11698389 em 07/04/2026 da Empresa BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A., CNPJ 05040481000182 e Protocolo 261375776 - 02/04/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**MUNICÍPIO DE BARÃO**  
**PUBLICAÇÃO DE EDITAL**  
**AVISO DE LICITAÇÕES**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026**  
**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRITA E DERIVADOS  
**DATA:** 28 DE ABRIL DE 2026  
**HORÁRIO:** 08:30 HRS  
**LOCAL:** [www.pregaoanrisul.com.br](http://www.pregaoanrisul.com.br)  
**Informações:** Fone: (51) 3696-1200 - Site: [www.barao.rs.gov.br](http://www.barao.rs.gov.br) ou pelo e-mail: [licitacoes@barao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@barao.rs.gov.br)  
 JEFFERSON SCHUSTER BORN  
 Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Alto Alegre**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**  
**Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Regência de Coral, Oficina de Dança Ballet para atender demanda da Secretaria Municipal de Educação Cultural e Desporto de Alto Alegre/RS.** Tipo de licitação: Menor valor por item. Data e horário da sessão: 29/04/2026 às 08:30h. Íntegra do edital no site [www.altoalegre.rs.gov.br](http://www.altoalegre.rs.gov.br) e/ou [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br). Alto Alegre/RS, 10/04/2026. Silmar Demaman - Prefeito Municipal.

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL "JARDIM MEDIANEIRA" EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
 Pelo presente Edital, ficam convocados os condôminos do Condomínio do Conjunto Residencial Jardim Medianeira em conformidade com o Capítulo VII da Convenção do Condomínio para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a ser realizada no dia 25 de abril de 2026 - (sábado), na RUA GIBRAN KHALIL GIBRAN 264, às 8h30min em primeira chamada e, não havendo número legal de presentes, em segunda e última chamada, às 9:00 h, com a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1. **Manifestação do Síndico;** 2. **Prestação de contas da atual gestão, referentes ao exercício 2025/2026;** 3. **Análise e deliberação da Previsão Orçamentária e fixar as taxas do condomínio para o exercício 2026/2027;** 4. **Apresentação do projeto para melhoria no sistema de monitoramento.** **NOTA:** a) Os moradores que tiverem dúvidas quanto às despesas realizadas no período abril de 2025 a março de 2026, podem procurar a sede da administração. b) Os que comparecerem na condição de procuradores de condôminos deverão apresentar a **procuração específica para a referida assembleia.** De acordo com o Inciso III do Artigo 1335 do Novo Código Civil Brasileiro, somente poderá participar e votar, nas deliberações da Assembleia o condômino que estiver quite com sua contribuição condominial. **Porto Alegre, 10 de abril de 2026.** Carlos Motta - Síndico geral

**Casa das Correntes Indústria e Comércio S.A.** CNPJ: 92.690.478/0001-09 NIRE: 43300059651  
 Sociedade Anônima de Capital Fechado

**Relatório da Administração:** Senhores Acionistas, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	NE	2025	2024	NE	2025	2024
Ativo						
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.820	2.624	Fornecedores	10	10.858
Contas a receber de clientes	6	9.297	10.161	Empréstimos e financiamentos	11	-
Estoques	7	31.684	40.190	Obrigações sociais a pagar		997
Impostos a recuperar	8	699	1.591	Impostos e contribuições a recolher	12	1.119
Devedores diversos	27	49	49	Juros sobre cap. próprio e divid. a pagar	16	2.080
Despesas antecipadas	234	337	337	Créditos de sócios		-
Total do ativo circulante	43.761	54.952	54.952	Adiantamento de clientes	30	111
Não circulante				Cretores diversos	137	155
Depósitos judiciais	13	20	20	Total do passivo circulante	15.221	24.629
Impostos a recuperar	8	24	33	Não circulante		
IR e contribuição social diferidos	15	1.386	1.108	Dividendos a Pagar LP	16	6.090
Imobilizado e intangível	9	1.148	1.138	Provisões para litígios	13	130
Total do ativo não circulante	2.578	2.299	2.299	Impostos e contribuições a recolher	12	1.583
Total do ativo	46.339	57.251	57.251	Total do passivo não circulante	7.803	2.078
				Patrimônio líquido	16	
				Capital social	15.905	2.100
				Reservas de incentivos fiscais	420	420
				Reservas de lucros	6.990	28.024
				Total do patrimônio líquido	23.315	30.544
				Total do passivo e patrimônio líquido	46.339	57.251

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

	2025	2024		2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.936	636	Reservas de lucros	6.990	28.024
Total dos resultados abrangentes do exercício	1.936	636	Total do patrimônio líquido	23.315	30.544
			Total do passivo e patrimônio líquido	46.339	57.251

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

	Capital social	Reservas de incentivos fiscais	Reserva de Lucros		Lucros exercicio	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31/12/2023	2.100	420	420	29.248	-	32.188
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	636	636
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(2.120)	-	(2.120)
Dividendos	-	-	-	-	(159)	(159)
Reserva de lucros	-	-	-	476	-	(476)
Saldos em 31/12/2024	2.100	420	420	27.604	-	30.544
Aumento de capital	900	-	-	-	-	900
Aumento de capital com dividendos	12.905	-	-	(12.905)	-	(7.095)
Dividendos a pagar	-	-	-	(7.095)	-	(7.095)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.936	1.936
Reserva legal	-	-	97	-	-	(97)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(2.370)	-	(2.370)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	(460)	(460)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(140)	(140)
Reserva de lucros	-	-	-	1.239	-	(1.239)
Saldos em 31/12/2025	15.905	420	517	6.473	-	23.315

**Demonstrações dos Resultados**

	NE	2025	2024		2025	2024
Receita operacional líquida	17	59.959	59.433	Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.657	(246)
Custo dos produtos vendidos	20	(43.481)	(43.464)	Lucro antes do IR e da contribuição social	1.657	(246)
Lucro bruto		16.478	15.787	Ajustes por:		
Receitas (despesas) operacionais				Depreciação e amortização	244	239
Com vendas	20	(6.376)	(4.730)	Ganho na venda de ativo imobilizado	(47)	-
Gerais e administrativas	20	(9.378)	(9.174)	Provisão para perda estoque	(24)	385
Outras receitas, despesas operacionais	19	65	838	Provisão para perdas esperadas	98	20
		(15.689)	(13.066)	Provisão para litígios	39	96
Lucro operac. antes do res. financeiro		789	2.721	Resultado nas operações com derivativos	-	(16)
Resultado financeiro				Aum. sobre emprést. e financ. e var. cambial (Aumento) red. nos ativos operacionais:	(425)	2.166
Receitas financeiras	18	203	187	Contas a receber de clientes	766	(1.283)
Despesas financeiras	18	(422)	(879)	Estoques	8.531	8.286
Variação cambial, líquida	18	1.087	(2.275)	Impostos a recuperar	901	(855)
		868	(2.967)	Devedores diversos	22	10
Lucro antes do IR e da contrib. social		1.657	(246)	Despesas antecipadas	104	(98)
Diferidos	15	279	882	Depósitos judiciais	-	-
		279	882	Aum. (redução) nos passivos operacionais:		
Lucro líquido do exercício		1.936	636	Fornecedores	(2.443)	3.584

**Notas Explicativas**  
**Nota 1:** Contexto Operacional: a Casa das Correntes Indústria e Comércio S.A atua como distribuidor de correntes de transmissão, oferecendo soluções de transmissão mecânica, com linha completa de produtos e serviços para equipamentos industriais e agrícolas. Os principais produtos vendidos são correntes, rolamentos, rodas dentadas, esteiras e elevadores. Os centros de distribuição em Cachoeirinha (RS) e Goiânia (GO) atendem clientes em todo o Brasil. **Nota 2:** Bases de preparação das demonstrações financeiras: as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Companhias (Pronunciamento CPC-PME), emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC nº 1.255/09 (NBC T 19.41) e revisões posteriores. **Nota 3:** Não houve mudanças nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Nota 4:** Principais diretrizes contábeis: **a) apuração do resultado:** as receitas e despesas são apropriadas obedecendo o regime de competência dos exercícios; **b) Contas a receber de clientes:** são avaliadas pelo montante original da venda A provisão para os devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência; **c) Estoques:** são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda; **d) Imobilizado:** registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da sua depreciação acumulada, calculada pelo método linear que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens; **e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. **Nota 5:** A companhia contratou auditoria independente para auditar suas demonstrações contábeis, estando o relatório da auditoria contendo as demonstrações completas e notas explicativas à disposição dos interessados na sede da Companhia. **Nota 6:** Patrimônio Líquido: **Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado é composto pelo valor de R\$15.905 (R\$2.100 em 2024); **Reserva legal:** é constituída com



# INDAC - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 92.690.817/0001-57

**Relatório da Administração: Senhores Acionistas:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Indac – Investimentos e Participações S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social de 2025. A Indac, empresa *holding*, tem seus resultados provenientes principalmente do investimento em participação direta ou indireta na Metalúrgica Gerdau S.A. Esse investimento representava R\$ 3,04 bilhões em 31 de dezembro de 2025 e gerou, durante o exercício, uma receita de equivalência patrimonial de R\$ 75,1 milhões. O lucro líquido da Indac, no exercício de 2025, foi de R\$ 105,9 milhões, representando um lucro de R\$ 0,07 por ação. Dentro do nosso compromisso de retornar valor aos nossos acionistas, no exercício de 2025, a Companhia creditou dividendos acima do mínimo obrigatório, no total de R\$ 96,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido era de R\$ 5,2 bilhões, correspondente a um valor patrimonial de R\$ 3,29 por ação. Sendo nosso principal negócio o investimento na Metalúrgica Gerdau S.A., que completou 124 anos de história em janeiro de 2025, continuaremos focados em alcançar um novo patamar de competitividade e em contribuir ativamente para um mundo mais sustentável. Agradecemos mais uma vez aos nossos colaboradores e colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas e demais *stakeholders* pela confiança e pelo apoio na construção de nossa história e na geração contínua de valor. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julguem necessário. Porto Alegre, 09 de abril de 2026. **A Administração.**

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).** As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Ativo circulante		Passivo circulante		Receitas (Desp.) Operacionais		Lucro antes do Resultado Financeiro		Lucro líquido apurado na demonstração dos resultados		Fluxo de caixa de ativ. operacional		Fluxo de caixa de ativ. operacional			
Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Caixa e equivalentes de caixa	4	753	440	7	10	9	107.086	360.790	105.916	360.100	105.916	360.100	105.916	360.100	
Créditos tributários	7	143	147		34	33	(1.289)	(778)							
		896	587		44	42									
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>											
Investimentos	5	5.298.505	5.500.248	Capital social	1.610.610	1.610.610	10	119	88						
		5.298.505	5.500.248	Reservas de lucros	2.142.485	2.132.669		105.916	360.100						
				Ajuste de aval. patrim.	1.546.262	1.757.514		105.916	360.100						
					5.299.357	5.500.793									
<b>Total do ativo</b>		<b>5.299.401</b>	<b>5.500.835</b>	<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.299.401</b>	<b>5.500.835</b>									

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Reservas de lucros						
	Capital social	Legal	Lucros a realizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 01/01/2024</b>	1.610.610	152.579	1.718.590	1.027.009	360.100	4.508.788
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	360.100	360.100
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	669.031	669.031	669.031
Total dos result. abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	669.031	360.100	1.029.131
Outros efeitos de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	61.474	61.474	61.474
Constituição de reserva legal	-	18.005	-	-	(18.005)	-
Constituição de reserva lucros a realizar	-	-	243.495	-	(243.495)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(98.600)	(98.600)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	1.610.610	170.584	1.962.085	1.757.514	105.916	5.500.793
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	105.916	105.916
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(317.444)	(317.444)	(317.444)
Total dos result. abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(317.444)	105.916	(211.528)
Outros efeitos de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	106.192	106.192	106.192
Constituição de reserva legal	-	5.296	-	-	(5.296)	-
Constituição de reserva lucros a realizar	-	-	4.520	-	(4.520)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(96.100)	(96.100)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	1.610.610	175.880	1.966.605	1.546.262	105.916	5.299.357

## Notas Explicativas

**Nota 1 - Informações Gerais:** A Indac – Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”) controlada por Frepar Participações Societárias S.A., Jopar Participações Societárias S.A., Klapar Participações Societárias S.A. e Gepar Participações Societárias S.A., com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tem por objeto e principal atividade a participação, direta ou indireta, na Metalúrgica Gerdau S.A. e empresas relacionadas, como descrito na nota 5.

**Nota 2 - Base para Preparação das Demonstrações Financeiras:** a) **Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Em 09 de abril de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das Demonstrações Financeiras. b) **Demonstrações Financeiras Consolidadas:** A Companhia elaborou suas Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Individuais, as quais devem ser lidas em conjunto.

**Base de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

**Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas Demonstrações Financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente e concluiu que em 31/12/2025 não há estimativas críticas nas Demonstrações Financeiras individuais (“controladoras”).

**Riscos de conflitos internacionais:** Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente, qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e o desempenho das empresas investidas e, consequentemente, da Companhia.

**Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar (“PLP”) 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo, prevista pela Emenda Constitucional (“EC”) nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação – sem cobrança de IBS e CBS). Mesmo com a publicação da mencionada lei complementar, ainda existem inúmeros aspectos da reforma que requerem regulamentação. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma, em virtude de suas operações ou de coligações, nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2025.

**Pilar Dois:** O Brasil iniciou a adoção das regras de Pilar Dois através da criação de Adicional de CSLL a ser calculado com base no universo das empresas brasileiras (ADMTT) através da publicação da lei 15.079/24 aplicável a partir do ano calendário 2025 e, tendo realizado os respectivos cálculos, usufrui do benefício de *Safe Harbour*, não arapando imposto adicional a recolher no exercício. Nos países em que

reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. 3.3 - **Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas, diretas ou indiretas, são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada “ajustes de avaliação patrimonial”. Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. 3.4 - **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal, portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. 3.5 - **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia, utiliza o Lucro Real como forma de tributação, às alíquotas de 25% para o imposto de renda (15% mais o adicional de 10%) e 9% para a Contribuição Social, para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024. 3.6 - **Outros ativos e passivos circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

**Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente no País e aplicações de liquidez imediata. Aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias, ou prontamente resgatáveis, ou seja, que possuem liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo. São compostas por Fundo Referenciado e de renda fixa com rendimento em torno de 100% do CDI.

**Caixa e equivalentes de caixa**

	2025	2024
Conta corrente no Brasil	56	57
Fundos de investimentos	697	383
	753	440

**Nota 5 - Investimentos:** Os investimentos em controladas e sua movimentação, podem ser demonstrados como segue:

	Saldo em 01/01/2024	Resultado da equiv. patrimonial	Ajustes de avaliação patrim.	Dividendos	Saldo em 31/12/2024
Metalúrgica Gerdau S.A.	2.565.114	237.504	421.121	(71.121)	3.152.618
Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda.	1.100.560	69.877	175.374	(15.873)	1.329.938
Açoter Participações Ltda.	841.000	53.409	134.010	(1.016.219)	1.016.219
Obras de arte	1.473	-	-	-	1.473
	4.508.147	360.790	730.505	(99.194)	5.500.248
	Saldo em 01/01/2025	Resultado da equiv. patrimonial	Ajustes de avaliação patrim.	Dividendos	Saldo em 31/12/2025
Metalúrgica Gerdau S.A.	3.152.618	75.154	(121.783)	(63.218)	3.042.771
Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda.	1.329.938	18.130	(50.718)	(19.529)	1.277.821
Açoter Participações Ltda.	1.016.219	13.802	(38.751)	(14.830)	976.440
Obras de arte	1.473	-	-	-	1.473
	5.500.248	107.086	(211.252)	(97.577)	5.298.505

**Nota 6 - Instrumentos Financeiros:** a) **Considerações gerais:** A Companhia através de suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, outros ativos circulantes, outros passivos circulantes. b) **Valor de mercado:** Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de suas controladas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem

um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. c) **Fatores de risco:** Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas controladas: **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras de suas controladas. As empresas controladas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como principalmente aquelas indexadas ao CDI e a outras taxas de referência aplicáveis aos mercados em que atuam. **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando o patrimônio líquido das controladas da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos por suas controladas. **Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia está essencialmente relacionado às aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Com o objetivo de mitigar esse risco, a administração adota política de realizar aplicações apenas em instituições financeiras com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operar num mercado de commodities, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. A Companhia não possui operações relacionadas a commodities, motivo pelo qual não está exposta de forma relevante ao risco de variação de preços desses produtos. Dessa forma, as oscilações nos mercados internacionais de commodities não impactam diretamente as operações da Companhia. d) **Instrumentos financeiros por categoria:** Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	2025	2024
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	753	440
Outros ativos circulantes	143	147
<b>Total</b>	896	587
<b>Passivos</b>		
Impostos e contrib. sociais	10	9
Outros passivos circulantes	34	33
<b>Total</b>	44	42

**Nota 7 - Créditos tributários e impostos e contribuições a recolher:**

	2025	2024
<b>a) Créditos tributários</b>		
Saldo credor de Imposto de Renda e Contribuição Social	143	147
	143	147
<b>b) Impostos e contrib. sociais a recolher</b>		
Encargos sociais s/ folha provisionadas	9	9
Impostos e contribuições a recolher	1	-
	10	9

**Nota 8 - Patrimônio Líquido:** a) **Capital social:** Em 31/12/2025 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.610.610 (R\$ 1.610.610 em 31/12/2024) dividido em 1.610.609.684 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma (1.610.609.684 ações em 31/12/2024). b) **Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em controladas da Companhia, detidas direta ou indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito da participação de controladas e o efeito de opção de ações de coligada. c) **Reservas de lucro:** 1) **Legal:** pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. 2) **Lucros a realizar:** A Companhia transfere para a reserva de lucros a realizar o montante do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos. A destinação dos valores excedentes constituídos em reserva de lucros a realizar será distribuída conforme disponibilidade de caixa da Companhia. d) **Dividendos:** A Companhia, conforme ata de reunião de diretoria, amparada na competência conferida pelo seu Estatuto Social, distribuirá o mínimo 25% do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o art. 202 da Lei 6404/76. Podendo, distribuir dividendo inferior ao obrigatório, se aprovado por unanimidade de seus acionistas em Assembleia Geral. A administração propôs à Assembleia de Acionistas formas de destinação dos excedentes e valores constituídos na reserva de lucros a realizar para deliberação pelos Acionistas, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Em 2025 a Companhia calculou os dividendos mínimos obrigatórios na forma do previsto em seu estatuto no montante de R\$ 25.155 (R\$ 85.524 em 2024), adicionalmente, distribuiu, antecipadamente, dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 70.945 (R\$ 13.076 em 2024), totalizando o montante de R\$ 96.100 (R\$ 98.600 em 2024) pagos ao longo do exercício, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

	2025	2024
Cálculo dos dividendos	96.100	98.600
Lucro Líquido do Exercício	105.916	360.100
Reserva Legal 5%	(5.296)	(18.005)
Lucro líquido ajustado	100.620	342.095
Dividendo mínimo obrigatório	25.155	85.524
25% do lucro líquido ajustado	25.155	85.524
Dividendos adicionais ao mín. obríg.	70.945	13.076
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<b>96.100</b>	<b>98.600</b>

Data de deliberação	Data de pagamento	Valor
20/02/2025	17/03/2025	10.300
29/04/2025	20/05/2025	21.800
01/08/2025	19/08/2025	16.000
31/10/2025	12/12/2025	48.000
		96.100

**Diretor:** Marcelo de Souza Potenza  
**Contador:** Denise Abreu Lanzoni - CRC/RS nº 93282/O

# JOPAR - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ 33.571.764/0001-96

**Relatório da Administração:** Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Jopar Participações Societárias S.A. apresenta-lhes, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessário. Porto Alegre, 07 de abril de 2026. **A Administração.**

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração do Resultado Abrangente					
Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		Nota	2025	2024			
<b>Ativo circulante</b>			<b>Patrimônio líquido</b>				<b>Receitas e Despesas operac.</b>				<b>Lucro líquido apurado na demonstração dos resultados</b>	26.397	89.970
Caixa e equiv. de caixa	37	45	Capital social	951.306	413.632		Resultado da equival. patrimonial	5	26.479	90.025	Valores potencialmente reclassif. para a demonstr. dos resultados no futuro		
Créditos tributários	4	13	Reserva de lucros	1.320	503.018		Despesas gerais e administrativas		(82)	(54)	Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	(83.844)	185.791
	50	57	Prejuízos acumulados		(33.529)		<b>Lucro antes do result. financeiro</b>		26.397	89.971	Ganhos (perdas) não realizadas em hedge de investimento líquido (*)	3.178	(19.490)
<b>Ativo não circulante</b>			Ajustes de avaliação patrimonial	405.793	458.606		Receitas financeiras		1	1	Hedge de fluxo de caixa (*)		
Investimentos	5	5		1.324.890	1.375.256		Despesas financeiras		(1)	(2)	Ganhos não realizados	5	1
	1.324.840	1.375.199					<b>Lucro líquido do exercício</b>		26.397	89.970		80.661	166.302
	1.324.840	1.375.199					Lucro por ação do Capital social ao final do exercício - R\$	8	0.03	0.09			
<b>Total do ativo</b>	<b>1.324.890</b>	<b>1.375.256</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.324.890</b>	<b>1.375.256</b>								

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
	Capital social subscrito		Reservas de lucros		Aj. de avaliação patrimonial	Lucros/prej. acumulados	Total do patrim. líquido
	Legal	Lucros a realizar	Legal	Lucros a realizar			
<b>Saldo em 01/01/2024</b>	413.632	37.946	399.752	275.980	-	-	1.127.310
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	89.970	89.970
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	167.259	-	167.259
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	167.259	89.970	257.229
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	-	15.367	-	15.367
Constituição de reserva legal	-	4.498	-	-	-	(4.498)	-
Constituição de reserva lucros a realizar	-	-	60.822	-	-	(60.822)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(24.650)	(24.650)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>413.632</b>	<b>42.444</b>	<b>460.574</b>	<b>458.606</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.375.256</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	26.397	26.397
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	(79.361)	-	(79.361)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	(79.361)	26.397	(52.964)
Outros efeitos de avaliação patrimonial em coligadas	-	-	-	-	26.548	-	26.548
Constituição de reserva legal (nota 7)	-	1.320	-	-	-	(1.320)	-
Aumento de capital social (nota 7)	537.674	(42.444)	(460.574)	-	-	(34.656)	-
Dividendos distribuídos (nota 7)	-	-	-	-	-	(23.950)	(23.950)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>951.306</b>	<b>1.320</b>	<b>-</b>	<b>405.793</b>	<b>-</b>	<b>(33.529)</b>	<b>1.324.890</b>

## Notas explicativas

**Nota 1 - Informações Gerais:** A Jopar Participações Societárias S.A. ("Companhia"), com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto e principal atividade a participação em outras empresas. As Demonstrações Financeiras da Jopar Participações Societárias S.A. foram aprovadas pela Administração em 07 de abril de 2026.

**Nota 2 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Riscos de conflitos internacionais:** Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto o conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis repostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de commodities. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração do conflito militar e ter um impacto duradouro na região e globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira das empresas investidas e, consequentemente, da Companhia. **Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionada o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação - sem cobrança de IBS e CBS). Mesmo com a publicação da mencionada lei complementar, ainda existem inúmeros aspectos da reforma que requerem regulamentação. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma, em virtude de suas operações ou de coligadas, nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2025. **Pilar Dois:** O Brasil instituiu o Adicional da CSLL no contexto da adoção das regras do Pilar Dois (GloBE), conforme a Lei nº 15.079/2024, aplicável a partir do ano-calendário de 2025. A Administração avaliou a aplicabilidade das regras do Pilar Dois e concluiu que a Companhia não se enquadra no escopo dessas regras, uma vez que não atende aos critérios para caracterização como Entidade Constituinte, nos termos da regulamentação aplicável. Dessa forma, não há impactos atuais ou esperados nas demonstrações financeiras da Companhia, tampouco foram reconhecidos ou divulgados ativos ou passivos fiscais relacionados a esse tema. A Companhia continuará monitorando eventuais alterações na legislação e interpretações aplicáveis que possam impactar sua avaliação quanto ao escopo do Pilar Dois no futuro. **Novas normas contábeis:** As emissões/alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são efetivas para o exercício iniciado em 2025, não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As emissões e alterações de normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são efetivas para o exercício iniciado em 2025, não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e revisou determinados pronunciamentos contábeis cuja adoção é requerida para exercícios iniciados em 2026 ou posteriormente. A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos da adoção dessas normas em suas demonstrações financeiras. - Emissão da norma CPC 51 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Esta nova norma contábil substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles

relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma. - Alteração das normas CPC 48 e CPC 40 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma. Não há outras normas contábeis CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

**Nota 3 - Políticas Contábeis Materiais - 3.1 - Conversão de saldos em moeda estrangeira - Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas coligadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira". **3.2 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e contas bancárias, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. **3.3 - Investimentos:** Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde

a data em que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações patrimoniais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **3.4 - Dividendos distribuídos:** O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal, portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **3.5 - Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia, utiliza o lucro real como forma de tributação, às alíquotas de 25% para o imposto de renda (15% mais o adicional de 10%) e 9% para a Contribuição social, para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024. **Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por conta corrente e pais.

	2025	2024
Conta corrente pais	37	45
<b>Resultado da equivalência patrimonial</b>	<b>90.025</b>	<b>182.626</b>
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>182.626</b>	<b>(24.650)</b>
<b>Dividendos</b>	<b>(24.650)</b>	<b>1.375.198</b>
<b>Saldo em 01/01/2024</b>	<b>1.127.197</b>	<b>1</b>
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>1.127.198</b>	<b>1</b>
<b>Resultado da equivalência patrimonial</b>	<b>26.479</b>	<b>(52.813)</b>
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>(52.813)</b>	<b>(24.025)</b>
<b>Dividendos</b>	<b>(24.025)</b>	<b>1.324.839</b>
<b>Saldo em 01/01/2025</b>	<b>1.375.198</b>	<b>1</b>
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>1.375.199</b>	<b>1.324.840</b>

**Nota 5 - Investimentos:** Os investimentos em coligadas, e sua movimentação, podem ser demonstrados como segue:

	Indac Investimentos e Participações S.A.	Açotter Participações Ltda.
Saldo em 01/01/2024	1.127.197	1
Resultado da equivalência patrimonial	90.025	182.626
Ajustes de avaliação patrimonial	182.626	(24.650)
Dividendos	(24.650)	1.375.198
Saldo em 31/12/2024	1.127.198	1
Saldo em 01/01/2025	1.375.198	1
Saldo em 31/12/2025	1.375.199	1.324.840

	Indac Investimentos e Participações S.A.	Açotter Participações Ltda.
Particip. no capital total (%)	25,000000%	0,000105%
Saldo em 01/01/2024	5.299.401	976.444
Saldo em 31/12/2024	5.299.357	976.444
Saldo em 01/01/2025	5.299.357	976.444
Saldo em 31/12/2025	105.916	13.802

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial compreende o montante de R\$ (79.361), decorrente de efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes, e R\$ 26.548 relativos a outras movimentações provenientes de investimentos em coligadas, reconhecido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Companhia. **Nota 6 - Instrumentos Financeiros:** **a) Considerações gerais:** A Companhia, através de suas coligadas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, outros ativos circulantes, fornecedores, outros passivos circulantes e outros passivos não circulantes. **b) Fatores de risco:** Os seguintes são os fatores de risco que podem afetar os resultados da Companhia em função das operações de empresas coligadas e outras controladas indiretamente ("empresas"): **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. As empresas avaliam sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como principalmente aquelas indexadas ao CDI e a outras taxas de referência aplicáveis aos mercados em que atuam. **Risco de taxas de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando notadamente o patrimônio líquido da Companhia em virtude dos investimentos no exterior mantidos pelas empresas coligadas. **Risco de crédito:** O risco de crédito da Companhia está essencialmente relacionado às aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Com o objetivo de mitigar esse risco, a administração adota política de realizar aplicações apenas em instituições financeiras com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação. **Risco de preço das**

**commodities:** Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção das empresas. Em função de operar num mercado de *commodities*, as empresas poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. A Companhia não possui operações relacionadas a *commodities*, motivo pelo qual não está exposta de forma relevante ao risco de variação de preços desses produtos. Dessa forma, as oscilações nos mercados internacionais de *commodities* não impactam diretamente as operações da Companhia. **Nota 7 - Patrimônio Líquido - a) Capital social:** Em 31/12/2025 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 951.306 (R\$ 413.632 em 31/12/2024) dividido em 951.306.430 ações (413.632.263 em 31/12/2024) no valor de R\$ 1,00 cada uma. Em Assembleia Geral realizada em 26/12/2025, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia mediante capitalização dos saldos de reservas de lucros apuradas até 31/12/2024, sem ingresso de novos recursos financeiros, nos termos do art. 169 da lei nº 6404/76. O aumento de capital social foi realizado por meio de bonificações de ações, utilizando recursos provenientes das reservas de lucros a realizar e da reserva legal conforme demonstrado a

	2025	2024
Reserva de lucros a realizar	460.573	42.444
Reserva legal	34.656	537.674
Lucros apurados até 30/09/2025	537.674	

Em decorrência dessa operação, o capital social foi elevado de R\$ 413.632 para R\$ 951.306, mediante a emissão de 537.674.167 novas ações ordinárias, distribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de suas participações na data base estabelecida. A bonificação não alterou o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, tampouco implicou movimento no caixa, representando apenas a reclassificação de contas do patrimônio líquido. **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos no exterior em sua coligada. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, assim como o efeito de aumento de participação em coligadas e o efeito de

	2025	2024
Reserva legal 5%	1.320	(4.498)
Lucro líquido ajustado	25.077	85.472
Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido ajustado	6.269	21.368
Dividendos adic. ao mínimo obrig.	17.681	3.282
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<b>23.950</b>	<b>24.650</b>

**Nota 8 - Resultado por Ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	2025	2024
<b>Básico e diluído</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Ações</b>	<b>Ações</b>
(Em milhares, exceto ações e dados por ações)		
<b>Numerador básico</b>	26.397	89.970
Lucro alocado disponível para os acionistas		
<b>Denominador básico</b>	951.306.430	413.632.263
Média ponderada de ações		
Lucro por ação (em R\$)		
- básico e diluído	0,03	0,09

**Nota 9 - Evento Subsequente:** I) Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerdau S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, a criação de um novo programa de recompra de ações de sua emissão, cujo prazo para aquisição se iniciará em 24/02/2026, com prazo máximo de 18 meses, visando à aquisição de até 55.000.000 ações preferenciais, representando aproximadamente 4,4% das ações preferenciais (GGBR4) e/ou de ADRs lastreados em ações preferenciais (GGB) em circulação e até 1.441.120 ações ordinárias, representando aproximadamente 10% das ações ordinárias (GGBR3) em circulação. II) Em 23/02/2026, o Conselho de Administração da controlada Gerdau S.A. aprovou, por unanimidade dos participantes, o cancelamento de 418.800 ações ordinárias (GGBR3) e 7.700.000 ações preferenciais (GGBR4), de sua emissão, sem valor nominal e sem redução do valor do capital social. Em decorrência do cancelamento de ações aprovado, o capital social da controlada Gerdau S.A. passou a ser dividido em 717.363.819 ações ordinárias e 1.275.397.330 ações preferenciais, todas sem valor nominal. A respectiva alteração ao art. 4º do Estatuto Social da controlada Gerdau S.A., para refletir a nova quantidade de ações, será deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada. A Companhia esclarece que tais deliberações não produzem quaisquer efeitos diretos sobre suas atividades, posição patrimonial e/ou Demonstrações Financeiras.

**Diretor-Presidente:** André Bier Gerdau Johannpeter  
**Diretora-Superintendente:** Beatriz Bier Johannpeter  
**Contador:** Denise Abreu Lanzoni  
CRC/RS nº 93282/O

# Petroleiras conseguem liminar contra imposto de exportação

Um grupo de cinco grandes petroleiras com operações no Brasil obteve na quarta-feira liminar contra o imposto de exportação de petróleo criado pelo governo para financiar a subvenção econômica sobre o diesel.

O grupo é formado pela francesa TotalEnergies, a hispano-chinesa Repsol Sinopec, a portuguesa Petrogal, a britânica Shell e a norueguesa Equinor. Juntas, elas produziram em fevereiro 791 mil barris de petróleo, o equivalente a 20% da produção nacional. O governo anunciou que recorrerá da liminar.

O volume é praticamente todo destinado ao mercado internacional e é maior do que a média de exportações da Petrobras em 2025, que atingiu o recorde de 765 mil barris por dia.

Na ação, as empresas defendem que a medida provisória 1.340, que instituiu a cobrança, "desvirtuou a natureza extrafiscal do imposto de exportação, utilizando-o como instrumento meramente arrecadatório".

Alegam ainda "violação aos princípios da segurança jurídica, isonomia, livre concorrência e capacidade contributiva, bem como a necessidade de observância do princípio da anterioridade, diante da inequívoca finalidade fiscal do tributo instituído".

O imposto cobra 12% sobre as exportações de petróleo. Foi criado para sustentar os R\$ 10 bilhões que o governo previa gastar com a primeira subvenção sobre o diesel, de R\$ 0,32 por litro. O setor calcula que serão arrecadados cerca de R\$ 30 bilhões com a taxa. Em sua decisão, o juiz disse ver "plausibilidade jurídica na tese de que a cobrança imediata do imposto de exportação, instituído com finalidade arrecadatória, viola o princípio da anterioridade". A liminar se justifica, diz, porque "a exigência imediata do tributo pode gerar prejuízos irreversíveis às impetrantes, afetando sua competitividade internacional e sua capacidade financeira".

Em evento no Rio de Janeiro na quarta, representantes das empresas que entraram com o pedido de liminar questionaram o imposto e afirmaram que a instabilidade fiscal pode afetar a decisão de investimentos no Brasil.

"A cada três barris de petróleo produzidos no Brasil, dois ficam em carga tributária. Nos Estados Unidos, apenas um. Por isso, falamos tanto da necessidade de não elevarmos a carga tributária", disse o presidente da Shell no Brasil, Cristiano Pinto da Costa.



### Fitesa Nãotecidos S.A.

CNPJ: 93.211.084/0001-93 - NIRE: 43 9 005996 99  
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Porto Alegre, 10 de abril de 2026

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Controladora		Passivo
	31/12/25	31/12/24	
Caixa e equivalentes de caixa	62.631	122.516	Fornecedores
Contas a receber de clientes	382.317	398.555	Empréstimos e financiamentos
Estoques	148.285	164.882	Obrigações trabalhistas
Impostos a recuperar	93.722	90.958	Impostos e encargos sociais
Outros créditos	7.891	4.035	Mútuos com partes relacionadas
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>694.846</b>	<b>780.946</b>	Credores diversos
Depósitos judiciais	12.542	7.166	Arrendamentos a pagar
Impostos diferidos	55.172	61.050	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
Créditos com partes relacionadas	41.487	80.803	<b>Total do passivo circulante</b>
Impostos a recuperar	163.524	133.362	Empréstimos e financiamentos
Outros créditos	3.267	3.279	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários
Investimentos	3.173.613	3.434.543	Impostos e encargos sociais
Imobilizado	925.411	756.434	Arrendamentos a pagar
Intangível	17.438	21.727	<b>Total do passivo não circulante</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.392.454</b>	<b>4.498.364</b>	<b>Total patrimonial líquido</b>
			Capital social
			Reservas de capital
			Prejuízos acumulados
			Ajustes de avaliação patrimonial
			<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>
			<b>Total do patrimônio líquido</b>
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>5.087.300</b>	<b>5.279.310</b>	

Demonstrações dos resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Controladora		
	31/12/25	31/12/24	
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.257.110</b>	<b>1.306.594</b>	
Custo dos produtos vendidos	(881.463)	(887.270)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>375.647</b>	<b>419.324</b>	
<b>Outras receitas (despesas)</b>			
Despesas com vendas	(90.967)	(84.760)	
Despesas administrativas	(76.699)	(13.364)	
Resultado de equivalência patrimonial	(42.313)	(38.416)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.883)	(9.625)	
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>161.785</b>	<b>273.159</b>	
Receitas financeiras	263.301	177.792	
Despesas financeiras	(470.253)	(655.586)	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(206.952)</b>	<b>(477.794)</b>	
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(45.167)</b>	<b>(204.635)</b>	
Imposto de renda e contribuição social	7.932	84.683	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(37.235)</b>	<b>(119.952)</b>	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)									
	Reservas de Capital			Reservas de lucros			Participação de não controladores		
	Capital social	Debitos de Ações	Debitos Conversíveis	Incentivos Fiscais	Inves- timentos	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>578.294</b>	<b>(67.407)</b>	<b>1.700.000</b>	<b>64.949</b>	<b>723.377</b>	<b>2.999.213</b>	<b>132.820</b>	<b>3.132.033</b>	
Ajustes de avaliação patrimonial s/investimento	-	-	-	-	685.257	(199.308)	31.684	716.941	
Ágio na aquisição de controlada	-	(18.810)	-	-	-	18.810	-	-	
Aumento Capital Social	32.017	-	-	-	-	32.017	-	32.017	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(119.952)	(9.078)	(129.030)	
Destinações do lucro:									
Absorção de incentivos	-	-	-	(64.949)	-	64.949	-	-	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>610.311</b>	<b>(86.217)</b>	<b>1.700.000</b>	<b>-</b>	<b>1.427.444</b>	<b>3.596.535</b>	<b>155.426</b>	<b>3.751.961</b>	
Ajustes de avaliação patrimonial s/investimento	-	-	-	-	(199.308)	(4.701)	(204.009)		
Redução de Capital	(19.307)	-	-	-	-	(19.307)	-	(19.307)	
Ágio na aquisição de controlada	-	3.125	-	-	-	(3.125)	-	-	
Aumento Capital Social	96.002	-	-	-	-	96.002	-	96.002	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(37.235)	(8.297)	(45.532)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>687.006</b>	<b>(83.093)</b>	<b>1.700.000</b>	<b>-</b>	<b>1.225.011</b>	<b>3.436.686</b>	<b>142.429</b>	<b>3.579.115</b>	

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Controladora		
	31/12/25	31/12/24	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(45.167)	(204.635)	
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	109.533	107.098	
Variáveis cambiais e juros de empréstimos e financiamentos, líquidas	182.639	472.048	
Resultado na baixa/venda de ativos imobilizados e investimentos	10.494	6.902	
Resultado de equivalência patrimonial	42.313	38.416	
Provisão para perdas esperadas de crédito	(1.054)	(351)	
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável dos estoques	(72)	(125)	
<b>Total resultado ajustado</b>	<b>298.686</b>	<b>419.353</b>	
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>	<b>34.602</b>	<b>(203.437)</b>	
(Aumento)/diminuição de estoques	16.669	(45.059)	
Aumento de contas a receber e outras contas a receber	7.498	(107.368)	
Aumento/(diminuição) contas a pagar e outros fornecedores	40.271	(20.545)	
(Aumento)/diminuição em outros impostos líquidos	(29.836)	(30.465)	
<b>Outras atividades operacionais</b>	<b>(263.038)</b>	<b>(238.800)</b>	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(55)	(5.812)	
Pagamento de juros sobre empréstimos	(262.983)	(232.988)	
<b>Caixa líquido originado das atividades operacionais</b>	<b>70.250</b>	<b>(22.884)</b>	
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(283.250)	(86.765)	
Recebimento de dividendos e JCP	-	3.000	
<b>Caixa líquido (aplicado nas) originado das atividades de investimento</b>	<b>(283.250)</b>	<b>(83.765)</b>	
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Adiantamento para Futuro aumento de capital social	62.977	96.002	
Arrendamento - pagamento	4	(661)	
(Pagamentos)/recebimentos empréstimos de mútuo	30.426	(266.653)	
Pagamento de principal de empréstimos	(176.174)	(204.109)	
Empréstimos e financiamentos tomados	228.629	543.295	
Pagamento de dividendos	-	(35.276)	
<b>Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>145.862</b>	<b>132.598</b>	
<b>Variável cambial sobre caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.253</b>	<b>30.885</b>	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(59.885)</b>	<b>56.835</b>	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	122.516	65.681	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	62.631	122.516	

**Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional:** A Fitesa Nãotecidos S.A. ("Fitesa" ou "Companhia") é a holding operacional, que atua em conjunto com as suas controladas na produção e comercialização de nãotecidos tipo *spunbond*, *spunmelt*, *meltblown*, cardados, *airlaid*, Fitesa *Advantage*, *spunlace*, filmes, elásticos e compostos cujas aplicações estão voltadas aos mercados de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos (toucas, campos e aventais cirúrgicos, máscaras e respiradores), aplicações industriais (colchões, móveis, calçados, agricultura, embalagens, etc.) e lenços de limpeza e desinfecção (*wipes*). O escopo geográfico do negócio de nãotecidos é global. No âmbito nacional, mantém unidades produtivas em Cosmópolis e Jacareí - SP; e em Gravataí - RS. No exterior, tem plantas em Lima - Peru; San Jose Iturbide - México; nos Estados Unidos da América em Washougal - WA, Green Bay - WI, Simpsonville - SC, High Point - NC e Terre Haute - IN, além de plantas em Norrköping - Suécia; Peine - Alemanha; Trezzano Rosa e Sulmona - Itália; Tianjin - China; Rayong - Tailândia; Kerkrade - Holanda e Pune - Índia. Ao todo, são 20 unidades industriais localizadas em 11 países, cobrindo 4 continentes e nacionalmente presentes em 2 estados. Ainda, como parte de sua estratégia de inovação, conta com 5 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação, nas plantas de Simpsonville, Terre Haute, Peine, Sulmona e Tianjin. Em 2025, entrou em operação, na unidade de Norrköping (Suécia), uma nova linha de produção de nãotecidos da tecnologia *spunbond*, equipada com capabilidade diferenciada para a conversão de matérias-primas de fontes renováveis e recicladas; além disso, foi inaugurada a nova linha de tecnologia cardada na planta de Sulmona, na Itália. Ainda em 2025, foi estabelecida uma operação logística da FitesaCNC em Jacarta (Indonésia). O projeto de expansão atual ocorre na unidade de Cosmópolis, SP (Brasil), com a instalação de uma nova máquina de nãotecidos *spunmelt* para atender aos mercados de descartáveis higiênicos e médicos. Alinhada às diretrizes estabelecidas em 2024, a Companhia finalizou, no mesmo ano, o encerramento das atividades operacionais das plantas de Rétsag e Diadema e concluiu, em 2025, esse processo com a descontinuação das operações de produção da planta de Kerkrade, na Holanda.

**2. Base de Preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de Março de 2026.

**3. Principais políticas contábeis:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revistas continuamente e os eventuais ajustes decorrentes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, de forma prospectiva. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para perdas esperadas de crédito, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para riscos trabalhistas, mensuração de instrumentos financeiros, direitos de uso - arrendamentos, arrendamentos a pagar e provisão para ajuste ao valor líquido realizável dos estoques. **Ativo não circulante:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos em moeda estrangeira correspondem a R\$ 1.248.418, atualizados pela variação cambial e taxas médias de 4,65% a.a. **Instrumentos financeiros:** A Companhia, através de suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de *hedge* para travar

o custo financeiro das operações. **Risco de taxas de câmbio:** Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Em razão de seu volume de exportações, a manutenção de investimentos em controladas no exterior e ainda em função de parcela significativa das vendas possuírem contratos com cláusulas contratuais regulando o repasse ao preço dos produtos decorrentes de oscilação nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção e também regulando o repasse de oscilação das taxas de câmbio, a Companhia e suas controladas possuem proteção natural contra seus passivos em Dólar e Euro, mantendo acompanhamento constante dos fluxos de entrada e saída em moeda estrangeira, de modo a evitar que haja exposição. Também para proteção destas oscilações, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **Capital social:** O capital social da Companhia é de R\$ 687.006 em 31 de dezembro de 2025, sendo composto por 570.505.986 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Silverio Luis Américo Baranzano Brutti - Diretor  
Mateus Mesquita Inácio - Diretor  
Lavinia Fraga Leite - Diretora  
Fernanda Gastal - Diretora

Wilson Renato Reis - Contador - CRC RS nº 099190/O-6

# Jornal do Comércio PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o  
QRCode  
abaixo e entre  
em contato:



**FORJASUL CANOAS S/A – INDUSTRIA METALURGICA**CNPJ 88.313.853/0001-24 – NIRE 43300003621 – Canoas, RS.  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO**

Ficam os acionistas de Forjasul Canoas S/A - Ind. Metalúrgica, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Tupi, 200, Bairro Igara, em Canoas/RS, CEP 92410-310, CONVOCADOS para a Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia 27 de abril de 2026, às 14:00hrs, na sede social da Companhia, para deliberarem sobre os seguintes tópicos da **ORDEM DO DIA**: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2) Deliberar e destinar o resultado desse exercício social; 3) Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e, 4) Eleição do Conselho Fiscal. Canoas/RS, 08 de abril de 2026. **Roberto João Manfro – Presidente do Conselho de Administração**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ROMA DO SUL****CONCURSO PÚBLICO 01/2026 - EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA E INSCRIÇÕES**

O Município de Nova Roma do Sul, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a realização de CONCURSO PÚBLICO, para os cargos de Agente Administrativo II, Agente de Manutenção e Reparos II: Mecânico e Pedreiro, Cirurgião Dentista, Enfermeiro, Fiscal Sanitário e do Meio Ambiente, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Especialista: Pediatra, Monitor de Educação Básica, Motorista, Nutricionista, Operador de Máquinas, Psicólogo e Técnico em Contabilidade. Período de inscrições de 10/04 a 09/05/2026. Maiores informações e editais nos sites: [www.institutolegale.org.br](http://www.institutolegale.org.br) e [www.novaromadosul.rs.gov.br](http://www.novaromadosul.rs.gov.br). Roberto Panazzolo, *Prefeito Municipal*

**Exportação de carne suína é recorde em março**

Levantamentos da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) mostram que as exportações brasileiras de carne suína (considerando todos os produtos, entre in natura e processados) registraram recorde histórico em março, com total de 153,8 mil toneladas embarcadas, número que supera em 32,2% o registrado no mesmo período do ano passado, com 116,3 mil toneladas. A receita dos embarques de março também é recorde, com US\$ 361,6 milhões registrados no período, saldo 30,1% maior em relação aos US\$ 278 milhões no terceiro mês de 2025. No ano (janeiro a março), o crescimento em volumes é de 16,5% em volumes, com 392,2 mil toneladas embarcadas no primeiro trimestre deste ano, contra 336,8 mil toneladas no mesmo período do ano passado. A receita no período chegou a US\$ 916 milhões.

**ESPORTECOOP - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS ESPORTISTAS PRÁTICOS DO BRASIL**CNPJ 07.472.052/0001-00  
Av. Independência, Nº 706 - Sala: 302- Bairro: Floresta - CEP: 90035-072 - Porto Alegre/RS.**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convocamos os 30 (trinta) associados da Cooperativa, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 23 de abril do ano de 2026, em primeira convocação às 17:00 horas, com a presença de 2/3 dos associados; em segunda convocação às 18:00 horas com a presença de 50% mais um dos associados, e em terceira e última convocação às 19:00 horas, com um mínimo de 10 (dez) associados presentes. A Assembleia Geral Ordinária será realizada na Avenida Independência, nº 706 - Sala: 302 - Bairro: Floresta - CEP: 90035-072 - Porto Alegre/RS.

- 1.) Prestação de Contas Exercício 2025;
- 2.) Eleição do Conselho Fiscal;
- 3.) Assuntos Gerais.

Porto Alegre, 10 de abril de 2026.  
Jucimar Oliveira Ferraz - Presidente**Edital de Convocação****Assembleia Geral Ordinária da Câmara de Dirigentes Lojistas de Camaquã**

O Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Camaquã, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelecem os artigos 19º, 23º, 26º, 27º e 30º do Estatuto Social da Entidade, **CONVOCA** os associados para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, à Rua Júlio de Castilhos, 1140, nesta cidade, em primeira chamada às 11h30, com a presença de um quarto dos associados ou em segunda chamada, às 12h com qualquer número, no dia 23 de abril de 2026, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Eleger e Empossar os Conselhos Consultivo/Deliberativo e o Conselho Fiscal, para Exercício 2026/2027/2028.

Camaquã, 10 de abril de 2026.

Enio Waskow Nunes  
Presidente  
Câmara de Dirigentes Lojistas de Camaquã**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Assembleia Geral Ordinária da ACIC**

O Presidente do Conselho Diretor da Associação Comercial e Industrial de Camaquã, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelecem os artigos 16º, 17º, 18º e 19º do Estatuto Social da Entidade, **CONVOCA** os associados para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, à Rua Júlio de Castilhos, 1140, nesta cidade, em primeira chamada às 11h30, com a presença de um quarto dos associados ou em segunda chamada, às 12h com qualquer número, no dia 23 de abril de 2026, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Relatório das Atividades, Balanço Patrimonial e o Balanço de Resultados do exercício do ano de 2025.
2. Eleger e Empossar o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, para Exercício 2026/2027/2028.

Camaquã, 10 de abril de 2026.

Enio Waskow Nunes  
Presidente do Conselho Diretor  
Associação Comercial e Industrial de Camaquã - ACIC**MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS****AVISO DE LICITAÇÃO**

**Lic. 97/2026 Pregão Eletrônico 60/2026.** Obj. Registro de preços para eventual e futura aquisição de Protetores Labiais com FPS destinados às campanhas, ações e atividades de prevenção e promoção de saúde bucal realizadas pela SMS, conforme termo de referência no Anexo I do edital. Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 28/04/2026, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Lic. 98/2026 Pregão Eletrônico 61/2026.** Obj. Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais diversos para manutenção das escolas municipais e para demais secretarias que deles necessitarem, conforme termo de referência no Anexo I do edital. Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 29/04/2026, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Lic. 99/2026 Inexigibilidade 20/2026 - Obj.** Contratação da empresa ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL ATELIE FAROL LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.612.585/0001-67, para fornecimento de capacitação para servidores da Secretaria Municipal de Educação, sobre 3ª Jornada da Educação Infantil, "Os tempos da infância" por inexigibilidade, conforme art. 74 III "c" e "f", instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021. Valor R\$ 2.000,00.

**Lic.100/2026 Pregão Eletrônico 62/2026.** Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de peças para a manutenção da frota de motoniveladoras (New Holland RG 170B, ano 2019) da SMT, conforme termo de referência do anexo I do Edital. Critério de Julgamento: Menor valor por lote. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 29/04/2026, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Editais disponíveis na íntegra no site: [www.trespazos.rs.gov.br](http://www.trespazos.rs.gov.br) licitações 2026. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito.

**CALÇADOS BEIRA RIO S/A.**

CNPJ 88.379.771/0001-82. NIRE 43300035247.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.**

Convoca-se os acionistas da Calçados Beira Rio S/A ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de abril de 2026, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rodovia RS 239, km 17,5, nº 4.400, bairro São José, em Novo Hamburgo/RS, CEP 93530-534. A Assembleia Geral será realizada na modalidade **semipresencial**, sendo facultada a participação e votação à distância pelos acionistas, na forma do artigo 121, § único, da Lei 6.404/76 e da regulamentação aplicável. A participação remota se dará exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência cujo link e senha de acesso serão fornecidos pela administração aos acionistas que os solicitarem, na forma deste Edital. A Assembleia Geral apreciará e deliberará sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) proposta de aumento do capital social, com a emissão de novas ações, mediante a capitalização de créditos de juros sobre o capital próprio (JCP) declarados pela Companhia, com a definição das condições do referido aumento de capital, incluindo a quantidade de ações a serem emitidas, preço de subscrição, forma de integralização e regimento sobre o exercício do direito de preferência, em conformidade com a Proposta de Aumento do Capital Social cujos termos encontra-se à disposição dos acionistas para consulta; (iv) política de distribuição de juros sobre o capital próprio (JCP) adotada pela Companhia; (v) eleger o Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração; (vi) eleição para os cargos de 1º e 2º Vice-Presidente, diante da vacância do cargo; e (vii) alteração e consolidação do Estatuto Social, a fim de refletir as deliberações adotadas em assembleia, conforme aplicável. **Informações Gerais:** (i) **Disponibilidade dos documentos:** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas, em especial a Proposta de Aumento do Capital Social. (ii) **Procuração:** Em caso de participação presencial, eventuais instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia em até 72 (setenta e duas) horas antes do horário da assembleia. (iii) **Participação e votação à distância:** O convite para participação e o link de acesso aos documentos pertinentes à Assembleia Geral aplicáveis, disponibilizados em meio digital seguro, serão remetidos ao acionista que os solicitar com até 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral. A solicitação deverá ser encaminhada por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: [bruno\\_emerim@beirario.com.br](mailto:bruno_emerim@beirario.com.br). Juntamente com a solicitação de senha e link de acesso o acionista deverá anexar, em via eletrônica (em arquivo PDF), conforme aplicável, os seguintes documentos de habilitação: (a) cópia de documento de identidade do acionista ou (b) cópia do documento societário que comprove a representação legal do acionista e do documento de identidade do respectivo representante legal. No caso de representação por procurador, será exigida cópia digitalizada (em arquivo PDF) do respectivo instrumento de procuração e do documento de identidade do procurador. Novo Hamburgo/RS, 09 de abril de 2026. Roberto Argenta. Diretor-Presidente **ASCOL**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TIRS by SEPRORGS, inscrito no CNPJ nº 91.335.554/0001-03, estabelecido na Travessa São José, nº 455, bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, por sua Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, **convoca as empresas associadas, em dia com suas obrigações estatutárias**, para participarem das **ASSEMBLEIAS GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a serem realizadas no dia 28 de abril de 2026. As 10h00min, em primeira convocação, e, caso não atingido o quórum estatutário, às 10h30min, em segunda convocação a Assembleia Ordinária e às 11h00min, em primeira convocação, e, caso não atingido o quórum estatutário, às 11h30min, em segunda convocação a Assembleia Extraordinária. As assembleias ocorrerão de forma ONLINE, (via link do zoom a ser enviado mediante confirmação de presença), para deliberarem sobre a seguinte:

- Assembleia Ordinária: **ORDEM DO DIA**
- 1. Prestação de contas do exercício de 2025;
- Assembleia Extraordinária: **ORDEM DO DIA**

1. Deliberação sobre a desfiliação ou não da Federação Nacional das Empresas de Informática – FENAINFO atualmente vinculada;
  2. Deliberação sobre a filiação ou não à Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul – FECOMÉRCIO/RS;
  3. Alteração do Estatuto Social, especialmente, para fins de adesão ao Sistema Confederativo de Representação Sindical do Comércio – SICOMÉRCIO, caso aprovada a filiação à FECOMÉRCIO/RS.
- As empresas associadas deverão realizar cadastramento prévio obrigatório até às 12h00min do dia 27 de abril de 2026, exclusivamente por meio do e-mail [eventos@seprorgs.org.br](mailto:eventos@seprorgs.org.br), como condição para participação na Assembleia.

Porto Alegre-RS, 10 de abril de 2026.

Marice Fronchetti  
Presidente**Município de Ibiraiaras****CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 03/2026**

Proc. Licit. 51/2026: Contratação de pessoa jurídica p/ execução de obra de pavimentação asfáltica em via rural, na estrada da Comunidade Santa Terezinha, no interior do município, cfe. convênio firmado no âmbito do Programa Pavimentação III - Convênio FPE 5226/2025 (menor preço global). Sessão pública: 20/05/2026 às 9h, no [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Edital: [www.ibiraiaras.rs.gov.br](http://www.ibiraiaras.rs.gov.br). Informações: 54 3355 1122 ou [compras2@ibiraiaras.rs.gov.br](mailto:compras2@ibiraiaras.rs.gov.br). Joel Isidoro Cristianetti, Prefeito

**Prefeitura Municipal de Morrinhos do Sul****RETIFICAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2026**

O Município de Morrinhos do Sul/RS torna pública a Retificação da descrição do objeto e prazo de entrega do Pregão Eletrônico Nº 111/2026. Texto na íntegra se encontra no site do município e na BLL Compras. Marcos Venícios Evaldt da Silveira  
Prefeito Municipal

Jornal do Comércio

**ANUNCIE NO JC**  
O ALCANCE QUALIFICADO  
QUE A SUA MARCA PRECISAEscaneie  
o QRCode  
e entre em  
contato

WHATSAPP: (51) 3213-1342

EMAIL: [COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR](mailto:COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR)

CHINA BRASIL TABACOS EXPORTADORA S.A.					
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)					
ATIVO	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2024	2024
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.978	113.318		
Contas a receber de clientes	5	1.047.724	1.433.327		
Estoques	7	844.673	986.583		
Adiantamento a produtores	6	172.939	155.620		
Impostos a recuperar	8	61.474	47.608		
Despesas antecipadas e outros créditos		9.180	10.387		
		<u>2.198.968</u>	<u>2.746.843</u>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Adiantamento a produtores	6	6.878	4.283		
Impostos a recuperar	8	17.667	23.779		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	33.762	-		
Outros créditos		324	14		
Direito de uso de ativos por arrendamento	10	5.926	5.350		
Imobilizado	9	24.499	29.500		
Intangível		144	245		
		<u>89.200</u>	<u>63.171</u>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.288.168</b>	<b>2.810.014</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)						
Nota	Capital social	Ajustes acumulados de conversão	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de lucros retidos		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>						
Lucro líquido do exercício					77.233	77.233
Ajustes de conversão		70.091				70.091
Resultado abrangente do exercício		70.091			77.233	147.324
Destinação do resultado do exercício						
Transferência para reserva de lucros					(38.617)	(38.617)
Dividendos a distribuir					(67.909)	(106.525)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	14	39.702	155.022	7.940	38.617	241.281
Lucro líquido do exercício					114.319	114.319
Ajustes de conversão		(31.120)				(31.120)
Resultado abrangente do exercício		(31.120)			114.319	83.199
Destinação do resultado do exercício						
Transferência para reserva de lucros					85.739	(85.739)
Dividendos a distribuir					(38.617)	(28.580)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	14	39.702	123.902	7.940	85.739	257.283

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional**  
A China Brasil Tabacos Exportadora S.A. ("Companhia"), com sede na Rua Silveira Martins, nº 1.733, Venâncio Aires, Rio Grande do Sul - RS, tem por objeto a aquisição, beneficiamento, comercialização, importação e exportação de tabaco em folha, além da comercialização de material agrícola, inerente à atividade de produção de tabaco. Tendo como principal objeto social a aquisição e o beneficiamento de tabaco, a Companhia está sujeita à sazonalidade aplicável ao ramo de atividade. A produção agrícola do tabaco é realizada por produtores integrados e ocorre no período de maio a dezembro, podendo haver pequenas variações de acordo com as características climáticas de cada região produtora. O recebimento do tabaco pela Companhia se dá aproximadamente entre os meses de janeiro a julho, porém o processamento normalmente se estende até agosto. A Companhia foi formada em 8 de setembro de 2011 e tem como acionistas a China Tabaco Internacional do Brasil (51%) e a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. (49%).

**2 Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). O resumo das políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia está detalhado na Nota Explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras em 26 de março de 2026.

**3 Práticas contábeis materiais**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:  
**3.1. Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado.  
**3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação** - a Moeda funcional - O dólar norte-americano ("Dólar") é a moeda funcional da Companhia. Os principais indicadores que determinaram a moeda funcional da Companhia: • Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços. • Moeda da país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços. • Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras. • Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais. As operações da Companhia são registradas na moeda funcional, as transações realizadas em moeda diferente da moeda funcional são convertidas para o Dólar utilizando as taxas de câmbio vigente na data das transações ou da avaliação na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes dessas transações realizadas em moeda diferente da moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

**b. Moeda de apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo-se os valores em moeda funcional (dólar Norte-Americano) para Reais, utilizando a taxa de câmbio de fechamento da data das demonstrações financeiras de cada exercício apresentado para os ativos e passivos e a taxa diária da ocorrência da transação para as contas de resultado, sendo o patrimônio líquido mantido a valor histórico de formação. Os ganhos e as perdas decorrentes dessa conversão são registrados na conta de ajuste acumulado de conversão na demonstração de resultados abrangentes.

**3.3. Estimativas e julgamentos contábeis**  
Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Companhia e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem: • Nota explicativa 6 - mensuração de perda de crédito esperada para adiantamentos a produtores de tabaco: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota explicativa 9 - mensuração do valor residual do ativo imobilizado; e • Nota explicativa 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar os períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em virtude das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.  
**3.4. Estoques** - Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, reduzidos por provisões para obsolescência e ajuste a valor de mercado, quando aplicável. O custo de produção é apurado com base no método de absorção total de custos de produção. Os estoques de tabaco beneficiado incluem custos de produção-prima, assim como custos diretos e indiretos relacionados à matéria agrícola e ao processamento do produto.  
**3.5. Adiantamentos - Produtores** - A Companhia concede adiantamentos a produtores em dinheiro ou insumos agrícolas, os quais possuem natureza de curto prazo e são liquidados mediante a entrega do tabaco. Adicionalmente, concede adiantamentos de longo prazo aos produtores para financiamento de sua infraestrutura de produção. A recuperação desses adiantamentos pode ser renegociada para safra futura, em decorrência de situações específicas e/ou inadimplência dos produtores na liquidação de suas dívidas de curto prazo. Provisões para perdas são reconhecidas quando a Companhia tem evidências de que o saldo de adiantamentos não será recebido, baseado no histórico de perdas desses produtores, capacidade produtiva deles e nas projeções de perdas da safra atual. O valor apurado como provisões para perdas referentes a adiantamentos para a safra corrente é capitalizado ao custo do estoque, e os demais são registrados diretamente no resultado do exercício.  
**Fornecedores** - São os valores concedidos junto a fornecedores de forma a garantir o fornecimento de materiais ou serviços, cuja compensação deve ser realizada mediante o efetivo fornecimento de materiais ou prestações de serviços.  
**3.6. Arrendamentos** - Na data de início do contrato, a Compa-

nhia avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos para efetuar pagamentos de arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início dos arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamentos. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos e ainda uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições dos arrendamentos. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos. Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita nos arrendamentos não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamentos é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos efetuados. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo dos arrendamentos e pela vida útil estimada dos ativos. Esses valores foram contabilizados no ativo não circulante, na conta de ativos de direitos de uso e de passivos de arrendamento.  
**3.7. Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado por alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros esperados resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do respectivo ativo, ajustado pelos efeitos de conversão acumulados transferidos da conta de resultados abrangentes e são reconhecidos no resultado.  
**3.8. Intangível** - O ativo intangível refere-se, principalmente, ao valor da carteira de contratos com produtores de tabaco adquirida de parte relacionada. Esse saldo está sujeito à amortização, reconhecido de forma linear, em um período de dez safra de tabaco. Também é parte do intangível o custo de aquisição de softwares, deduzido das amortizações correspondentes. Essas amortizações ocorrem num período de vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas no momento em que ocorrem.  
**3.9. Redução ao valor recuperável de ativos** - No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera as entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.  
**3.10. Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.  
**Garantias** - A Companhia constitui provisão para garantia concedida em operações de financiamentos de crédito rural, contratadas por produtores da sua carteira, nas quais é garantidora junto às instituições financeiras. Essa provisão é calculada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos desembolsos necessários para honrar as obrigações junto a instituições financeiras em caso de inadimplência dos produtores.  
**3.11. Benefícios a empregados (i) Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais, com exceção do lucro por ação)				
Nota	01/01/2025 a 31/12/2025		01/01/2024 a 31/12/2024	
	2025	2024	2024	2024
RECEITA	17	2.328.664	2.442.432	
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	19	(1.978.309)	(2.081.396)	
LUCRO BRUTO		350.355	361.036	
RECETAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas	19	(37.006)	(35.318)	
Gerais e administrativas	19	(22.324)	(19.497)	
Outras receitas operacionais, líquidas		(116)	71	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DO FINANCEIRO		290.909	306.292	
RESULTADO FINANCEIRO		(124.654)	(168.807)	
Receitas financeiras	18	9.543	13.560	
Despesas financeiras	18	(128.389)	(160.015)	
Varição cambial, líquida	18	(5.808)	(22.352)	
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		166.255	137.485	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	12	(112.309)	-	
Diferidos	12	60.373	(60.252)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		114.319	77.233	
LUCRO POR AÇÃO	14	2,88	1,95	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)				
Nota	01/01/2025 a 31/12/2025		01/01/2024 a 31/12/2024	
	2025	2024	2024	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		114.319	77.233	
Ajustes acumulados de conversão		(31.120)	70.091	
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(31.120)	70.091	
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		83.199	147.324	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.  
**(ii) Planos de contribuição definida** - A Companhia tem planos de pensões de contribuição definida para seus empregados. Um plano de pensão de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem presumidas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço prestado pelo empregado no período corrente e anterior. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.  
**3.12. Imposto de renda e contribuição social - Impostos correntes** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). **Impostos diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual se espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período** - O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.  
**3.13. Instrumentos financeiros - Classificação** - Os instrumentos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Aplicações financeiras • Contas a receber de clientes • Adiantamentos a produtores. Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e as perdas serão registrados no resultado. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **Reconhecimento e desreconhecimento** - Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Mensuração** - Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas em virtude da baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e as perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **Impairment** - A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado** - Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento de dívida. **Desreconhecimento - Ativos financeiros** - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)					
31/12/2025	31/12/2024	01/01/2025 a 31/12/2025		01/01/2024 a 31/12/2024	
		2025	2024	2024	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do exercício	114.319	77.233			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o Caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	4.832	3.923			
Amortização do direito de uso	3.665	3.013			
Provisão para devedores duvidosos	1.638	1.665			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.373)	60.252			
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	110.607	145.624			
Variação cambial	105.865	175.728			
Juros de arrendamento	1.307	912			
Provisão de imposto de renda e contribuição social correntes	112.309	-			
	394.169	468.350			
(Aumento) redução em ativos: Contas a receber de clientes	241.072	(638.220)			
Estoques	(65.829)	45.183			
Adiantamento a produtores	(22.820)	(45.265)			
Impostos a recuperar	(7.754)	6.171			
Despesas antecipadas e outros ativos	(254)	19.572			
Aumento (redução) em passivos: Fornecedores	(114.637)	136.904			
Outras obrigações e demais passivos	(2.070)	1.481			
	27.708	(474.174)			
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(143.058)	(108.954)			
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(109.439)	(36.719)			
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais	169.380	(151.497)			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.818)	(12.176)			
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(3.818)	(12.176)			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Captação de financiamentos - terceiros	1.940.065	1.947.969			
Pagamento de financiamentos - principal	(2.072.303)	(1.671.402)			
Contraprestação de arrendamento	(4.972)	(3.925)			
Pagamento de dividendos	(77.233)	(135.818)			
Caixa líquido (gerado) nas atividades de financiamentos	(214.443)	136.824			
Efeito das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	(1.459)	1.806			
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(50.340)	(25.043)			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	113.318	138.361			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	62.978	113.318			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.  
**3.14. Reconhecimento da receita** - A receita de vendas de produtos e de juros é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **Vendas de produtos** - A receita de vendas de produtos é reconhecida quando

**CHINA BRASIL TABACOS EXPORTADORA S.A.**  
CNPJ 14.432.810/0001-21 - Nire: 43300054331

Não há títulos vencidos na composição dos saldos de contas a receber de clientes.

**6 Adiantamentos a produtores**

	2025	2024
Circulante		
Adiantamentos a produtores de tabaco	177.058	116.984
Provisão para perdas (a)	(4.499)	(3.087)
Ajuste acumulado de conversão	380	154
<b>Total circulante</b>	<b>172.939</b>	<b>155.620</b>
Não circulante		
Adiantamentos a produtores de tabaco	11.466	7.152
Provisão para perdas (a)	(4.588)	(2.860)
<b>Total não circulante</b>	<b>6.878</b>	<b>4.292</b>

(a) A provisão para perdas foi calculada sobre o saldo de adiantamentos a produtores de tabaco, que apresentam, individualmente, riscos de recuperação, e o valor provisionado representa a melhor estimativa para ajustar o saldo de adiantamentos ao valor esperado de liquidação. A Companhia não tem garantias reais para esses saldos.

A parcela não circulante se refere ao crédito fiscal de ICMS com o Estado do Rio Grande do Sul gerado principalmente com o tabaco adquirido em Santa Catarina e com as compras de material de embalagem. A Companhia possui convênio, firmado com o Estado do Rio Grande do Sul, para venda de créditos de ICMS a terceiros. Este convênio é válido até junho de 2026, a expectativa da Administração é renovar este convênio que permitirá vender o valor do saldo de dezembro de 2025 até o final do ano de 2027.

**9 Imobilizado**

	2025	2024
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	20%	20%
Equipamentos de informática	20%	20%
Instalações e benfeitorias	10%	10%
Instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	50%	50%
Imobilizações em andamento	-	-
<b>Total</b>	<b>63.688</b>	<b>29.500</b>

Não há bens oferecidos em garantia de operações de financiamento em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações e benfeitorias	Instalações e benfeitorias em propr. de 3º	Imobilizações em andamento	Total
<b>Custo</b>								
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>24.084</b>	<b>1.581</b>	<b>10.941</b>	<b>2.901</b>	<b>462</b>	<b>719</b>	<b>1.078</b>	<b>41.766</b>
Adições	6	28	-	344	-	30	11.729	12.136
Transferências	9.984	-	-	-	-	771	(10.755)	-
Efeito de diferenças cambiais	8.734	446	3.053	862	130	404	153	13.782
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>42.808</b>	<b>2.055</b>	<b>13.994</b>	<b>4.107</b>	<b>592</b>	<b>1.924</b>	<b>2.205</b>	<b>67.685</b>
Adições	70	72	-	765	-	-	2.897	3.804
Baixas	-	-	-	(178)	-	-	-	(178)
Transferências	3.357	555	-	(37)	1.094	-	(4.969)	-
Efeito de diferenças cambiais	(4.740)	(243)	(1.559)	(600)	(133)	(215)	(133)	(7.623)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>41.495</b>	<b>2.439</b>	<b>12.435</b>	<b>4.057</b>	<b>1.553</b>	<b>1.709</b>	<b>-</b>	<b>63.688</b>
<b>Depreciação</b>								
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(15.035)</b>	<b>(1.444)</b>	<b>(5.554)</b>	<b>(2.330)</b>	<b>(100)</b>	<b>(420)</b>	<b>-</b>	<b>(24.883)</b>
Adições	(2.164)	(23)	(1.657)	(226)	(50)	(618)	-	(4.738)
Efeito de diferenças cambiais	(5.291)	(417)	(1.870)	(699)	(37)	(250)	-	(8.563)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(22.490)</b>	<b>(1.884)</b>	<b>(9.081)</b>	<b>(3.255)</b>	<b>(187)</b>	<b>(1.288)</b>	<b>-</b>	<b>(38.185)</b>
Adições	(2.422)	(84)	(1.622)	(342)	(159)	(355)	-	(4.984)
Baixas	-	-	-	178	-	-	-	178
Efeito de diferenças cambiais	2.069	207	922	475	25	104	-	3.802
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(22.843)</b>	<b>(1.761)</b>	<b>(9.781)</b>	<b>(2.944)</b>	<b>(321)</b>	<b>(1.539)</b>	<b>-</b>	<b>(39.189)</b>

**10 Arrendamentos**  
O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2025	2024
Ativo - direito de uso		
Imóveis	2.574	3.247
Veículos	2.672	478
Máquinas e equipamentos	680	1.625
<b>Total</b>	<b>5.926</b>	<b>5.350</b>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	4.844	3.564
Não circulante	1.633	727
<b>Total</b>	<b>6.477</b>	<b>4.291</b>

A demonstração do resultado incluiu os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2025	2024
Amortização de direitos de uso de ativos		
Imóveis	1.936	2.179
Veículos	1.219	365
Máquinas e equipamentos	510	470
<b>Total</b>	<b>3.665</b>	<b>3.014</b>
Despesas com arrendamentos variáveis/curto prazo	1.477	1.942
<b>Total</b>	<b>5.142</b>	<b>4.956</b>

A Companhia possui contrato de arrendamento para os prédios da área administrativa, armazenagem e operacional, esse contrato é de período determinado, podendo ser prorrogado. Possui também contrato de arrendamento de veículos e de empilhadeiras com prazo determinado. Os contratos de arrendamento mercantil não possuem cláusulas restritivas. O atual contrato de arrendamento de imóveis é válido até o final de 2026. O contrato de arrendamento de veículos é válido até dezembro de 2027, enquanto contrato de arrendamento de empilhadeiras é válido até o final de 2026. As taxas de desconto utilizadas para calcular o valor presente destes contratos foram de 19,43% e 20,19% ao ano, respectivamente.

**11 Partes relacionadas**  
O saldo a pagar/receber decorrente de transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Contas a receber de clientes:		
Alliance One International LLC	82.827	301.034
Alliance One Brasil Exportadora de Tabaco Ltda.	7.994	72.646
China Tobacco International Inc. - HK	852.137	1.030.766
China Tobacco Europe	545	331
<b>Total</b>	<b>943.503</b>	<b>1.404.777</b>
Passivo circulante - Fornecedores		
Alliance One Brasil Exportadora de Tabaco Ltda.	6.396	3.062
China Tabacos Internacional do Brasil	221	221
<b>Total</b>	<b>6.617</b>	<b>3.283</b>

**7 Estoques**  
Os estoques estão assim representados:

	2025	2024
Tabaco beneficiado	797.824	766.550
Tabaco a beneficiar	-	70
Custos a apropriar na safra corrente e futuras	36.520	24.478
Ajustes de conversão	(17.266)	176.285
Outros	27.595	13.018
<b>Total</b>	<b>844.673</b>	<b>986.583</b>

**8 Impostos a recuperar**

	2025	2024
Imposto de Renda	3.083	-
ICMS a recuperar	37.463	40.019
IRPJ e CSLL (antecipações)	34.383	29.400
PIS e COFINS a recuperar	4.212	1.968
<b>Total</b>	<b>79.141</b>	<b>71.387</b>

**Circulante** 61.474    **2024** 47.608  
**Não circulante** 17.667    **2024** 23.779

**13 Empréstimos e financiamentos**  
O saldo de empréstimos e financiamentos está assim representado:

	2025	2024
Denominado em US\$: Adiantamento de Contrato de Câmbio (SOFR + de 2,55% até 2,66%)	776.931	1.029.876
Pré-pagamentos de exportação (SOFR + 1,5%)	500.092	715.494
Cédula de crédito bancário (SOFR + de 1,7% a 1,8%)	673.724	594.572
<b>Total</b>	<b>1.950.747</b>	<b>2.339.942</b>

**14 Patrimônio líquido**  
a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 39.702, correspondente a 39.702.000 ações, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

b. Ajustes acumulados de conversão  
Compreende os ajustes efetuados decorrentes dos procedimentos de tradução das demonstrações financeiras, líquidos dos tributos diferidos, tendo em vista que a moeda funcional da Companhia é o Dólar norte-americano e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras ser o Real.

	2025	2024
Variação cambial acumulada	538.235	617.015
Ajustes de conversão de itens não monetários	(620.955)	(720.749)
Ajustes de conversão de itens monetários	(41.182)	(51.288)
<b>Total</b>	<b>(123.902)</b>	<b>(155.022)</b>

**c. Destinação dos lucros**  
**Lucro do exercício 2024** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa havia destinado R\$ 38.617 para o pagamento de dividendos. A Assembleia Geral Ordinária (AGO), de 25 de outubro de 2025, ratificou essa destinação, bem como a distribuição adicional de R\$ 38.616. Desta forma, foram pagos dividendos em dezembro de 2025 no montante de R\$ 77.233 (R\$ 1,95 por ação), referente ao lucro do exercício 2024.

**Lucro do exercício 2025** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a destinação do lucro do exercício, conforme segue: \* 25% destinados para o pagamento de dividendos - R\$ 28.580; \* 75% destinados a reserva de lucros retidos, à disposição da Assembleia de Acionistas para destinação - R\$ 85.739.

**Lucro por Ação** - O cálculo do lucro por ação é baseado no lucro líquido do exercício atribuído a cada ação representante do capital social da Companhia.

	2025	2024
Resultado do exercício	114.319	77.233
Ações correspondentes ao Capital Social	39.702.000	39.702.000
<b>Lucro por Ação (em R\$)</b>	<b>2,88</b>	<b>1,95</b>

**15 Instrumentos financeiros**  
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratados empréstimos e financiamentos, os quais, considerando que são sistematicamente renegociados, têm seus valores contábeis próximos dos valores justos.

**Administração financeira de riscos** - A Companhia se utiliza dos instrumentos financeiros para reduzir a exposição de suas operações aos seguintes riscos:

(i) Risco de taxa de câmbio  
(ii) Risco de taxa de juros  
(iii) Risco de liquidez.

**a. Risco de taxa de câmbio**  
Os negócios da Companhia são realizados preponderantemente em dólares norte-americanos, assim como são efetuados os negócios da indústria do tabaco. Entretanto, os custos operacionais, incluindo os custos de aquisição e processamento de tabaco são realizados em Reais, portanto estão sujeitos aos efeitos das flutuações da moeda local sobre o Dólar.

**Análise de sensibilidade**  
**Taxas de câmbio** - A Companhia está exposta principalmente às variações do Real (moeda corrente e de apresentação - BRL) em relação ao Dólar (moeda funcional - USD). Uma oscilação na taxa de câmbio sobre os principais ativos e passivos em Reais, em 31 de dezembro de 2025, poderia acarretar as seguintes alterações para a Companhia:

	2025
Exposição líquida (ativa) passiva	(281.177)

**Efeito na exposição líquida**  
Taxa de câmbio 5% a maior (14.059)  
Taxa de câmbio 5% a menor 14.059

**b. Risco de taxa de juros** - Risco sobre taxas de juros ocorrem em razão da exposição da Companhia a operações de financiamentos através de adiantamentos de contratos de câmbio, os quais possuem uma parcela variável em sua composição da taxa de juros. De acordo com as atuais tendências do mercado, não é esperado variações significativas nas taxas praticadas. Adicionalmente, as operações são de curto prazo e dessa forma não são esperados impactos significativos decorrentes desse risco.

**c. Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área Financeira.

**16 Plano de pensão**  
**Planos de contribuição definida** - A Companhia possui plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida, para todos os colaboradores efetivos. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela da Companhia equivale a até 250% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada na idade e em faixas salariais, que variam de 1% a 6% da remuneração do colaborador. O plano está sendo administrado pelo BB Previdência - Fundos de pensão do Banco do Brasil. As contribuições realizadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 864 (R\$ 730 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

**17 Receita**  
A reconciliação das vendas brutas para receita líquida é como segue:

	2025	2024
Vendas de tabaco processado - partes relacionadas - nota explicativa 11	1.945.622	2.213.025
Vendas de tabaco processado - terceiros	353.660	217.865
Vendas de tabaco cru - partes relacionadas	11.778	7.205
Vendas de tabaco cru - terceiros	34.985	17.459
Impostos sobre vendas	(17.381)	(13.122)
<b>Total</b>	<b>2.328.664</b>	<b>2.442.432</b>

**18 Receitas e despesas financeiras**

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.381	8.001
Outros	4.162	111
<b>Total</b>	<b>9.543</b>	<b>13.560</b>
Despesas Financeiras		
Juros passivos sobre financiamentos	(110.607)	(98.131)
Outras	(17.782)	(14.391)
<b>Total</b>	<b>(128.389)</b>	<b>(160.015)</b>

Varição cambial - ativos monetários (a) (5.808) (22.352)  
Resultado financeiro, líquido (124.654) (168.807)

(a) Refere-se à variação cambial líquida de ativos e passivos expostos a moedas diferentes da moeda funcional (Dólar).

**19 Despesas por natureza**  
A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas, reconhecidas na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Matérias-primas e materiais de consumo	1.550.403	1.761.644
Gastos com formação de estoques, fretes e outros	246.136	92.965
Ajustes de conversão - moeda funcional	100.056	152.328
Despesa com benefícios aos empregados	69.759	63.351
Despesas de comercialização	33.205	32.374
Outras despesas	13.479	12.689
Despesas de manutenção dos ativos	10.122	8.516
Despesas de viagens e veículos	5.733	5.010
Despesa de depreciação e amortização	4.832	3.923
Despesa com consultoria	3.914	3.411
<b>Total</b>	<b>2.037.639</b>	<b>2.136.211</b>

Classificados como:  
Custo dos produtos vendidos 1.978.309 2.081.396  
Despesas com vendas 37.006 35.318  
Despesas gerais e administrativas 22.324 19.497  
**Total** 2.037.639 2.136.211

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Acreditamos que a evidência auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes exis-

**Diferidos**

	2025	2024
Ativo		
Provisão para perdas	5.937	3.647
Margem de estoque capitalizado	72.647	48.968
Diferenças temporárias referentes à variação cambial em itens não monetários	15.948	-
Prejuízo fiscal (base negativa de CSLL)	-	46.147
Outras	4.768	6.872
Total de diferenças temporárias	99.300	105.634
Alíquota vigente	34%	34%
<b>Tributo diferido</b>	<b>33.762</b>	<b>35.916</b>
Passivo		
Diferenças temporárias referentes à variação cambial em itens não monetários	-	(183.903)
Base de cálculo	-	(183.903)
Alíquota vigente	34%	34%
<b>Tributo diferido</b>	<b>-</b>	<b>(62.527)</b>

**Ativo não circulante** 33.762    **2024** (26.611)  
**Passivo não circulante** (26.611)

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos relacionados aos saldos acima.

**b. Tributos no resultado - reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado do exercício**

	2025	2024
Lucro antes dos impostos	166.255	137.485
Alíquota básica	34%	34%
<b>Despesa à alíquota básica</b>	<b>(56.527)</b>	<b>(46.745)</b>
Efeito Fiscal de (adições) exclusões permanentes		
Variação cambial	3.259	(13.318)
Juros indutíveis	(377)	(377)
Outros	1.709	(189)
<b>Total</b>	<b>(51.936)</b>	<b>(60.252)</b>

**Imposto de renda e contribuição social correntes** (112.309)    **2024** -  
**Imposto de renda e contribuição social diferidos** 60.373    **2024** (60.252)

**13 Empréstimos e financiamentos**  
O saldo de empréstimos e financiamentos está assim representado:

	2025	2024
Denominado em US\$: Adiantamento de Contrato de Câmbio (SOFR + de 2,55% até 2,66%)	776.931	1.029.876
Pré-pagamentos de exportação (SOFR + 1,5%)	500.092	715.494
Cédula de crédito bancário (SOFR + de 1,7% a 1,8%)	673.724	594.572
<b>Total</b>	<b>1.950.747</b>	<b>2.339.942</b>

**Movimentação dos saldos**

	Principal	Juros	Total
Saldo em 31/12/2023	1.484.159	55.243	1.539.402
Adições	1.947.969	145.624	2.093.593
Pagamentos	(1.671.402)	(108.954)	(1.780.356)
Variação cambial	475.374	11.929	487.303
Saldo em 31/12/2024	2.236.100	103.842	2.339.942
Adições	1.940.065	110.607	2.050.672
Pagamentos	(2.072.303)	(143.058)	(2.215.361)
Variação cambial	(217.295)	(7.211)	(224.506)
Saldo em 31/12/2025	<b>1.886.567</b>		

**Prefeitura Municipal de Tupandi**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026**

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço com Trator de Esteira e Carreta Prancha Reboque no município de Tupandi, conforme descrição nos anexos do Edital. Abertura dia 28/04/2026, às 09h00min, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Edital: [www.tupandi.rs.gov.br](http://www.tupandi.rs.gov.br). Informações complementares pelo telefone (51) 3635-8040. Paulinho Ludwig, Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de Farroupilha**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026**

Objeto: Sistema de registro de preços de serviços de clínica veterinária para atendimentos clínicos/cirúrgicos, exames de imagem e laboratoriais para animais comunitários, soltos, ou alojados no Centro de Amparo Animal. Data da sessão: 29/04/2026, às 08h30min. Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou no site: [www.farroupilha.rs.gov.br](http://www.farroupilha.rs.gov.br).

**LAR DE SANTO ANTÔNIO DOS EXCEPCIONAIS**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Convocamos os integrantes da atual Diretoria do Lar de Santo Antônio dos Excepcionais para Assembleia Geral Extraordinária, com a seguinte Ordem do Dia: **POSSE DA VICE-PRESIDENTE SR. MARIA BERNADETE CORDONI MAGALHÃES**, em razão do falecimento do Presidente **Dr. Edison Pontes Magalhães**. Local: Avenida Antônio de Carvalho, 105 – Agronomia. Data: 24 de abril de 2026 – sexta-feira. Horário: 10 horas.

Porto Alegre, 10 de abril de 2026.

**Maria Bernadete Cordoni Magalhães - Vice-Presidente (em exercício)**

**TRAMONTINA S/A**

Carlos Barbosa - RS  
CNPJ nº 55.314.965/0001-40 – NIRE 43 3 0008029 3

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** 1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 27 de fevereiro de 2026, às 9h30min, na sede social da Companhia, sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, Bairro Triângulo, em Carlos Barbosa, RS. 2. PARTICIPANTES: Compareceram acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. Compareceram também, como convidados, os demais subscritores, por meio de seus procuradores, conforme Lista de Presença. 3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Nomeados pelos Acionistas, como Presidente: **Clovis Tramontina**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, advogado, portador da CI-RG nº 7015430296, da SSP/RS e CPF nº 249.408.360-53, residente e domiciliado na Av. Presidente Kennedy, nº 553, ap. 501, CEP 95185-000, em Carlos Barbosa, RS; e, como Secretário(a): **Eduardo Scomazzon**, brasileiro, convivendo em união estável, engenheiro, portador da CI-RG 2020806291, da SSP/RS, e CPF nº 285.601.750-91, residente e domiciliado na Rua Almirante Abreu, nº 299, ap. 1301, Bairro Rio Branco, em Porto Alegre, RS, CEP 90420-010. 4. PUBLICAÇÕES LEGAIS: No Jornal do Comércio Impresso (JC-I), no "Segundo Caderno" e no Jornal do Comércio Digital (JC-D, Lei nº 13.828/2019, com acesso <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>), no "Caderno Publicidade Legal", sendo o Edital de Convocação aos Acionistas nas edições de 16,18 e 19/02/2026, sendo no JC-I, dia 16, pág.3; dia 18, pág. 11, e dia 19, pág. 15; e no JCD, dia 16 pág. 1, dia 18, pág. 1, e dia 19, pág. 1ajustado, respectivamente. 5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA: 5.1. Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias constantes da Ordem do Dia, por serem de conhecimento dos acionistas, e por terem sido exaustivamente detalhados em reuniões prévias, nas quais compareceram os subscritores; 5.2. As declarações de voto, protestos e dissidências, se houver, ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76; 5.3. Autorizada a lavratura de ata na forma de sumário, com omissão das assinaturas na publicação, nos termos do art. 130, §§1º e 2º, da Lei nº 6.404/76. 6. ORDEM DO DIA: 6.1. No âmbito da reorganização societária do Grupo Tramontina, atualmente em implementação, aumentar o Capital Social com a subscrição particular de ações ordinárias de emissão de Tramontina S/A; 6.2. As condições de subscrição das referidas ações pelos Acionistas e Quotistas das sociedades integrantes do Grupo Tramontina; 6.3. Autorizar a administração a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas, inclusive assinaturas de instrumentos societários, contratos e demais documentos correlatos; e, 6.4. Correspondente alteração estatutária. 7. DELIBERAÇÕES: Após discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e leitura dos Pareceres dos Conselhos Fiscais de Tramontina Farroupilha S/A e Tramontina Elek S/A, os Acionistas deliberaram por unanimidade: 7.1. **AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL:** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, mediante subscrição privada de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizadas mediante conferência da totalidade das ações e quotas detidas pelos subscritores nas sociedades integrantes do Grupo Tramontina, as quais foram devidamente nominadas no Edital de Convocação. As participações conferidas foram avaliadas pelo valor contábil do patrimônio líquido apurado com base em balanço especialmente levantado em 31 de janeiro de 2026, conforme Laudo de Avaliação elaborado nos termos da legislação vigente, que integra a presente ata com o Anexo I. Tal critério adotado, atestado pelo Laudo de Avaliação, é o que melhor reflete o valor patrimonial atual e efetivo das participações junto às empresas do Grupo Tramontina, atendendo-se assim o artigo 170, §§ 1º e 7º da Lei das S/A. O valor patrimonial contábil de janeiro de 2026 é superior ao de dezembro de 2025, motivo pelo qual o seu uso (janeiro de 2026) é benéfico a todos os subscritores. Em decorrência do aumento ora aprovado: O capital social, após a formalização da totalidade das subscrições, passa de R\$ 10.000.000 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, para **R\$ 3.958.917.095,00 (três bilhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil e noventa e cinco reais)**, representado por **3.958.917.095 (três bilhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil e noventa e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal**, a serem subscritas e integralizadas nos termos desta deliberação. As formalidades de assinaturas dos subscritores no Boletim de Subscrição poderão ser realizadas em até dia 30 de março de 2026. Todas as ações emitidas são ordinárias nominativas e conferem idênticos direitos às atualmente existentes. 7.2. **CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO:** Aprovar as condições de subscrição privada, ficando consignado que: a) A integralização ocorrerá mediante transferência das participações societárias pelo valor patrimonial contábil proporcional apurado por balanço especialmente levantado em 31 de janeiro de 2026; b) A relação completa dos subscritores, valores atribuídos, quantidade de ações emitidas e participação final no capital social consta do Anexo II; c) O respectivo Boletim de Subscrição, cujas assinaturas poderão ser apostas até dia 30 de março de 2026, é considerado desde já integrante da presente com o Anexo III, ficando também arquivado na sede da Companhia, após as assinaturas. 7.3. **ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA:** Em razão das deliberações aprovadas, o artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º – O Capital Social, subscrito e integralizado, é de **R\$ 3.958.917.095,00 (três bilhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil e noventa e cinco reais)**, representado por 3.958.917.095 (três bilhões, novecentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil e noventa e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal". Permanecem inalteradas as demais disposições estatutárias. 7.4. **AUTORIZAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO:** Autorizar a Diretoria a: a) Proceder às alterações nos livros societários; b) Promover registros perante a Junta Comercial; c) Praticar todos os atos necessários à implementação da reorganização societária; d) Proceder à consolidação do capital social e às devidas anotações nos livros societários após a formalização das subscrições, tornando-se o aumento do capital social ora deliberado plenamente eficaz com a assinatura da totalidade dos subscritores no Boletim de Subscrição. 8. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia, bem como os demais subscritores, os quais declaram, para todos os fins legais, estarem clientes e de acordo com as matérias deliberadas. 9. **LISTA DE ACIONISTAS:** Acionistas presentes e que assinaram o Livro de Presenças: CRPAR PARTICIPAÇÕES LTDA. – representada por Ildo Paludo; BEMPAP PARTICIPAÇÕES LTDA. – representada por Josélito Gusso. Demais subscritores, representados por procuração pelo Sr. Clóvis Tramontina e pelo Sr. Eduardo Scomazzon: Ademir Antônio Pedruzzi; Adir Zandonai; Adriana Piccinini; Alan Braganholo; Alair Crestani; Alex Alvaro Cavalli; Amanda Piatti Costa; Ângelo Brandelli Costa; Antonietti M. Deconto; Bryan Braganholo Silva; Carla Dalmaz; Carla Schneider; Carlos Alberto Antunes; Carlos João Tauffer; Cesar Augusto Borges de Almeida; Clegé Dalmaz; Cristine Thomé; Dalva Tauffer Zandonai; Daniela Piccinini; Danilo A. R. de Freitas; Dejair Vieira Flores; Denis S.Pizzato; Denise Sganderla Postinger; Denise Soppella Costi; Denise Piccinini; Dom Nizzola Participações Ltda. representada por Domingos Nizzola; Dorival Gusatto; Dorothea Speggorini Frá Lazzari; Dulce F.P.Anonni; Edelis Costa; Eduardo J.Messa; Elena L.S.Piucio; Elise M.Morellato; Elsa Maria Mesturini; Enzo Cobalchini Braganholo; Evelise Vieira Flores; Fábio André Gedoz; Felisberto Francisco Moraes; Fernanda Sfoggia; Francesco Bianco Zan; Francisco C. Zanatta; Gelci A. Gedoz; Gema Pizzato Dalmaz; Georgia Pergher Postinger; Geraldo J.Messa; Gilberto Grossi; Giovanni Postinger; Giuliano Ramos Bianchi; Gustavo Zan; Helyfias Hentz Danielli; Honório Furlanetto; Isabela Cesar Noll Danielli; Janete Giacomoni Deitos; Janice Giacomoni Braganholo; Janice Misturini Pedrotti; Jaqueline Decimo Graziotin; Jessica Lisa Zan; João Brun; Joice Giacomoni; Jonas Sfoggia; Jorge Braganholo; Jorge Luis Cambrilla Araujo; José E.P.Anonni; José Eduardo Pizzato; José Luiz de Moraes; José Raimundo Schneider; Joseandré Décimo Graziottin; Jurandir João Zan; Kátia Eloisa Zan; Laercio Ariel Andreoli; Leandro Cattani; Leandro Zan; Leda Gloria Misturini Gusato; Leila Scomazzon Masiero; Leonardo D.Zobaran; Lia Lourdes Sganderla Schneider; Lina Maria Pizzato; Lívia Bianchi Trendel; Lourival Dalmaz; Luana Braganholo; Lucas Collere Graziottin; Lúcia Fátima Mesturini Pedruzzi; Luciana Zanatta; Luciane Fanti; Luiz Moschetti; Manoel Braganholo; Mara A.Bertin; Márcia Schneider; Márcio Braganholo; Marcus Dal'Bo; Marcos Lorenzi; Maril C.D.Giorgio; Maria de Lourdes Pergher; Maria Hermozinda Antunes Bavaresco; Marianna Gordini; Marino Silveira; Miriam Misturini; Marta Misturini; Marta Tauffer; Matheus Furlan Braganholo; Maurício Sfoggia; Miriam Suzana Pizzato; Miriam Bertin Fachini; Naides Z.Bortolotto; Natano Giungo de Mattos; Neiva Carlotta Bertoni; Neri Antônio Maioli; Nestor Giordani; Neura Pardini Brugali; Nilza Maria Flores; Patricia Gedoz; Paula Dalmaz Fitarelly; Pauline Costa; Paulo Dalle Laste; Paulo Guerra; Pedro Paulo Zanatta Filho; Rafael Gedoz; Raquel Vieira Braganholo; Régis Braganholo; Régis Pizzato; Ricardo Félix Costa; Riccardo Bianchi; Rochelli Morellato Rizzardo; Ronei Giacomoni; Roque Dalle Laste; Rosa Maria Guerra Sfoggia; Rosângela Giacomello; Rosângela F.de Almeida; Rui José Baldasso; Sandra Scomazzon Nascimento; Saulo Baú; Sheila Diello; Silvana Cattani; Sílvia Sfoggia; Simone Sfoggia; Sofia Marasca Giungo; Suzana Maria Ramos Bianchi; Telmo J.Vizeu; Thais Cadete da Silva; Thais Costa; Thobias Sfoggia; Valdecir Guerra; Valdir Baú e Valter Lino Cousseau. 10. **AUTENTICAÇÃO:** A presente é cópia fiel da ata transcrita do Livro próprio. Carlos Barbosa, RS, 27 de fevereiro de 2026. **Clovis Tramontina** - Presidente. **Eduardo Scomazzon** - Secretário. JUCISRS. Certificado registro sob nº 11698399 em 07/04/2026 da Empresa TRAMONTINA S/A, CNPJ 55314965000140 e protocolo 261099906 - 17/03/2026. Autenticação: 622B16FD9E968E8E618DC347E35C30875F6C25. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Balço Patrimonial - Em R\$		Balço Patrimonial - Em R\$		Balço Patrimonial - Em R\$	
ATIVO	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>	<b>62.490.348</b>	<b>57.617.006</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>40.184.100</b>	<b>29.186.075</b>
Caixa	500	2.486	Fornecedores	30.949.231	23.827.135
Bancos Conta Movimento	13.010	908.481	Adiantamentos de Clientes	553.823	107.160
Aplicações Financeiras	3.157.210	6.343.385	Empréstimos e Financiamentos	622.188	622.188
Clientes a Receber	27.695.308	22.081.833	Obrigações Tributárias	1.412.832	1.213.410
Estoques	31.179.333	27.815.601	Obrigações Trabalhistas	935.241	549.758
Adiantamentos a Fornecedores	273.463	370.183	Obrigações Sociais	94.358	82.468
Adiantamentos a Funcionários	13.193	84.449	Provisões de Natureza Trabalhista	1.383.181	1.216.083
Adiantamento Despesas de Viagens	85.572	-	Outras contas a Pagar	4.000.000	1.155.556
Impostos e Contribuições a Recuperar	62.937	-	Dividendos Propostos	233.246	412.317
Despesas do Exercício Seguinte	9.822	10.588	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>10.295.188</b>	<b>819.376</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.389.028</b>	<b>6.123.852</b>	Empréstimos e Financiamentos	197.188	819.376
Imobilizado	17.230.524	15.404.036	Outras Contas a Pagar	10.098.000	-
(-) Depreciações Acumuladas	(10.328.307)	(9.318.202)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>19.400.088</b>	<b>33.735.407</b>
Intangível	428.587	-	Capital Social	7.000.000	7.000.000
Outras Contas	58.224	38.018	Reserva Legal	1.400.000	1.400.000
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>69.879.376</b>	<b>63.740.858</b>	Reserva de Capital	11.000.000	-
			Reserva para Lucros	88	25.335.407
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>69.879.376</b>	<b>63.740.858</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em R\$		Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto - Em R\$	
Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024	Atividades Operacionais	Atividades Operacionais
7.000.000	1.400.000	Valores recebidos de clientes	102.659.233
-	-	Valores pagos a fornecedores	(66.801.204)
-	-	Valores pagos a empregados	(7.705.010)
-	-	Tributos pagos	(12.856.498)
-	-	<b>Caixa gerado pelas Operações</b>	<b>15.296.521</b>
-	-	Outros recebimentos operacionais	489.830
-	-	Outras despesas operacionais	(12.252.053)
-	-	<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>3.534.298</b>
-	-	<b>Atividades de Investimento</b>	<b>Atividades de Investimento</b>
-	-	Compra de Imobilizado	(2.411.790)
-	-	Recebimento por venda de imobilizado	4.307
-	-	<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>(2.411.790)</b>
-	-	<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>Atividades de Financiamento</b>
-	-	Pagamento de Dividendos	(5.206.320)
-	-	Empréstimos Tomados	-
-	-	Pagamento de Empréstimos	(254.164)
-	-	<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>(5.206.320)</b>
-	-	Aumento nas Disponibilidades	6.438.404
-	-	Redução nas Disponibilidades	2.459.679
-	-	Disponibilidades - No Início do Período	(4.083.812)
-	-	Disponibilidades - No Fim do Período	7.254.532
-	-	<b>Disponibilidades - No Fim do Período</b>	<b>3.170.720</b>
-	-	<b>Disponibilidades - No Início do Período</b>	<b>7.254.532</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025**

1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A RBG tem por objetivo o comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico e hospitalar, importação e distribuição de produtos médicos e representação comercial de instrumentos e materiais odontológico-hospitalares.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a observância da legislação societária vigente (Lei nº 6404/76), inclusive no que diz respeito ao cumprimento das alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS: a) **Créditos a Receber de Clientes:** Correspondem ao valor de realização das vendas a prazo efetuadas para os clientes da empresa. b) **Consignação:** adota-se o método de venda de mercadorias em regime de consignação mercantil. c) **Estoques:** Os estoques de mercadorias foram valorizados com base no custo médio ponderado, que não excede ao valor de mercado. d) **Imobilizado:** Está registrado ao custo de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear com base na taxa máxima anual admitida pela legislação tributária. e) **Fornecedores:** o saldo corresponde ao valor a pagar aos fornecedores de mercadorias que são quitados em um prazo de 30 a 120 dias. f) **Demais Passivos Circulante e Não Circulante:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos, incluindo, quando aplicável, os encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data de levantamento destas demonstrações financeiras. g) **Apuração das Receitas, Custos e Despesas:** As receitas, custos e despesas são escrituradas com base no regime de competência. h) **Dividendos:** em atendimento a Lei 15.270/2025 provisionou-se no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante a importância de R\$ 13.000.000,00 provenientes da conta de Lucros Acumulados. i) **Sistema de Tributação:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão calculados pelo Lucro Real e provisionados às alíquotas vigentes. Para fins de incidência do PIS e COFINS é adotado o regime de apuração não cumulativo. Para o exercício de 2026 o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido serão calculados pelo Lucro Real. j) **Capital Social:** O capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente integralizado, é representado por 500.000 ações, sendo 250.000 ações ordinárias nominativas e 250.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País.

**LUCIANO ZALTRON** - Diretor de Operação e Controladoria - CPF 912.450.790-34 **NEVITON CLACK SCHUMACKER** - Téc. Contábil CRC-RS 69.993 - CPF 478.965.900-34

# Foco no que realmente importa.

ASSINE AGORA

**Jornal do Comércio**  
o jornal do comércio e negócios do RS

# DEIXE UM LEGADO DE CUIDADO E TRANSFORMAÇÃO

Inclua a Casa de Saúde Menino Jesus de Praga no seu testamento e contribua com a continuidade do acolhimento em saúde de pessoas com deficiências neurológicas graves. Direcione recursos, bens móveis ou imóveis para a instituição referência nacional em cuidado especializado de longa permanência.



Acesse o QR Code e saiba como fazer sua doação planejada.



[casadomenino.org.br](http://casadomenino.org.br)

 **CASA DE SAÚDE**  
MENINO JESUS DE PRAGA

Cuidado pra **toda vida.**